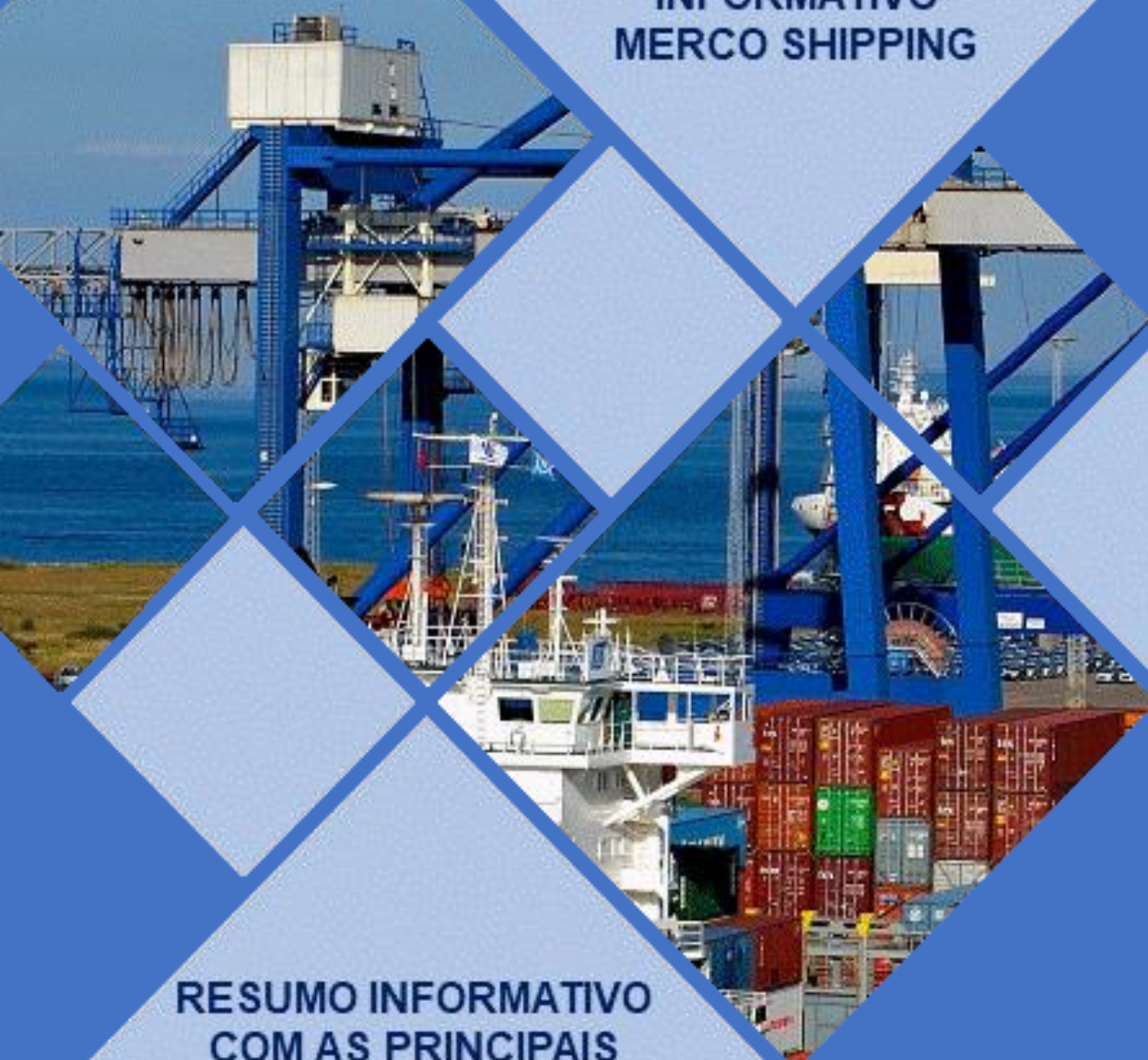


INFORMS

INFORMATIVO
MERCOSHIPING



RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 178/2023
Data: 25/10/2023

ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP)	4
O QUE APRENDI NO PANAMA?	4
AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS ABRE CONSULTA PARA CONSTRUÇÃO DE BERÇOS NA ALEMOA	5
GRUPO ALEMÃO DEMONSTRA INTERESSE EM CONSTRUIR POLO PETROQUÍMICO VERDE EM CUBATÃO	6
PORTOFER ENCERRA CONTRATO DE ARRENDAMENTO DA FERROVIA INTERNA DO PORTO DE SANTOS (FIPS).....	7
TÚNEL SANTOS-GUARUJÁ É TEMA DE REUNIÃO ENTRE MINISTRO DE PORTOS E GOVERNADOR TARCÍSIO DE FREITAS.....	8
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA	9
RAQUEL LYRA DEFENDE MANUTENÇÃO DE INCENTIVOS ÀS INDÚSTRIAS AUTOMOBILÍSTICAS NO NE	9
BEMISA FORMALIZA RENÚNCIA À AUTORIZAÇÃO PARA CONSTRUIR FERROVIA	11
GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF	12
COSTA FILHO PARTICIPA DE EVENTO COM REPRESENTANTES DE TERMINAIS PORTUÁRIOS PRIVADOS	12
GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF	13
RODOVIAS - ASSINATURA DE CONVÊNIO PERMITE CONCESSÃO CONJUNTA DE RODOVIAS FEDERAIS E GOIANAS	13
DIA DO SERVIDOR - CELEBRAÇÃO DESTACA IMPORTÂNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS NO FORTALECIMENTO DA DEMOCRACIA	14
FERROVIAS - EM ENCONTRO INTERNACIONAL, BRASIL DEFENDE INVESTIMENTO EM FERROVIAS COMO MÉTODO DE DESCARBONIZAÇÃO.....	15
FERROVIAS - ACORDO DE COOPERAÇÃO DEFINE RESPONSABILIDADES E FACILITA DEVOLUÇÃO DE TRECHOS FERROVIÁRIOS	16
BE NEWS – BRASIL EXPORT	17
EDITORIAL – INOVAÇÃO E TECNOLOGIA: IMPULSIONANDO O FUTURO DOS PORTOS	17
NACIONAL - HUB – CURTAS.....	17
<i>Desburocratização 1</i>	17
<i>Desburocratização 2</i>	18
<i>Hidrovias 1</i>	18
<i>Hidrovias 2</i>	18
<i>ZPE</i>	18
NACIONAL - MINISTRO ANUNCIA INVESTIMENTO DE R\$ 400 MILHÕES PARA O PORTO DE SANTOS.....	18
NACIONAL - MINISTÉRIOS FIRMAM ACORDO QUE FACILITA DEVOLUÇÃO DE TRECHOS FERROVIÁRIOS	20
REGIÃO SUDESTE - SANTOS VAI LANÇAR PROGRAMA DE INCENTIVO A PROJETOS TECNOLÓGICOS	20
REGIÃO SUDESTE - PORTOSRIO ASSINA ACORDO DE COOPERAÇÃO COM AUTORIDADE PORTUÁRIA DE HONDURAS.....	21
REGIÃO SUL - TCP AGUARDA A CHEGADA DE 11 NOVOS RTGS	22
REGIÃO NORDESTE - PETROBRAS CONTRATA NAVIO PARA TERMINAL DE REGASEIFICAÇÃO DA BAHIA	23
MERCOSUL - SERGIO MASSA E JAVIER MILEI DISPUTAM O LUGAR DE MENOS REJEITADO NO 2º TURNO NA ARGENTINA	23
AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS	24
IEA: INVESTIMENTOS EM ENERGIA DEVEM ALCANÇAR US\$ 2,8 TRILHÕES EM 2023	24
MDIC E BNDES VÃO DESTINAR R\$ 200 MILHÕES À DESCARBONIZAÇÃO DA INDÚSTRIA AUTOMOTIVA	26
JORNAL O GLOBO – RJ	27
NA REFORMA TRIBUTÁRIA, PROFISSIONAIS LIBERAIS TERÃO ALÍQUOTA REDUZIDA EM 30% DO IMPOSTO PADRÃO. ENTENDA'ISSO EQUILIBRA O JOGO DE AEROPORTOS', DIZ PAES, SOBRE NOVO LIMITE AO SANTOS DUMONT	29
PRESIDENTE DA PETROBRAS ADMITE FALHA DE COMUNICAÇÃO SOBRE A MUDANÇA DE REGRAS QUE FEZ AÇÕES CAIR	30
GOVERNO DESISTE DE LIMITAR DESTINOS DO SANTOS DUMONT E MUDA ESTRATÉGIA PARA TRANSFERIR VOOS PARA O GALEÃO	31
DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTOS DE 17 SETORES AVANÇA NO SENADO E DEVE SER VOTADA NO PLENÁRIO HOJE..	33
ASSEMBLEIA PARA MUDANÇA DE ESTATUTO DA PETROBRAS DEVE OCORRER AINDA ESTE ANO.....	34
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP	35
NAVIO MAIS BONITO DO MUNDO: VEJA COMO É, POR DENTRO E POR FORA, A EMBARCAÇÃO ABERTA A VISITA NO RIO.....	35
GIGANTE DE INSUMOS AGRÍCOLAS FATURA R\$ 12 BI AO ANO PRIORIZANDO RELAÇÃO COM CLIENTES	36
REFORMA: BRAGA INCLUI NO RELATÓRIO TRAVA PARA EVITAR AUMENTO DE CARGA TRIBUTÁRIA DO PAÍS	39
ENERGIA ELÉTRICA: COMERCIALIZAÇÃO COM MODERAÇÃO; LEIA ARTIGO.....	40
VALOR ECONÔMICO (SP)	41
PAES DIZ SER CONTRA INTERVENÇÃO FEDERAL NO RIO, MAS DEFENDE PARCERIA PARA SEGURANÇA.....	41
PREFEITO DO RIO SE DIZ FAVORÁVEL A LIMITE DE PASSAGEIROS NO SANTOS DUMONT.....	42



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 178/2023
Página 3 de 47
Data: 25/10/2023
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

MINERADORA BEMISA DESISTE DE CONSTRUÇÃO DE TRECHO DA FERROVIA TRANSNORDESTINA	42
LULA DIZ 'PENSAR' EM DESMEMBRAR PASTA DA JUSTIÇA.....	43
PORTAL PORTOS E NAVIOS	44
PGO PRIORIZA DESENVOLVIMENTO DE 6 HIDROVIAS	44
ABS LANÇA PROJETO AMBICIOSO PARA CLASSIFICAR HÉLICE IMPRESSA EM 3D	45
SEMBCORP E PT PLN UNEM FORÇAS NA PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO DE HIDROGÊNIO	46
ENDIVIDADO, ESTALEIRO COREANO PEDE PROTEÇÃO BANCÁRIA	47
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA	47
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM	47



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

O QUE APRENDI NO PANAMA?

Muitas coincidências que podemos compartilhar e aprender!

Por: *Maxwell Rodrigues*



Panamá Foto: Divulgação

O Panamá é um país que liga as Américas Central e do Sul. O Canal do Panamá, uma reconhecida proeza de engenharia, corta o centro do país, ligando os oceanos Atlântico e Pacífico e criando uma importante rota de navegação. Na Cidade do Panamá, capital da nação, arranha-céus modernos, cassinos e casas noturnas contrastam com as construções coloniais do Distrito de Casco Viejo e com a floresta tropical do Parque Natural Metropolitano.

Economicamente, o Panamá usufrui do canal de navegação e os panamenhos usam o canal para gerar negócios que impulsionam o desenvolvimento do país. Não é somente um local onde se movimenta embarcação de um lado para o outro, mas sim onde empresas internacionais, empresas de transporte, manufatura, hotelaria, turismo, serviços e setor bancário aprenderam a gerar dividendos e muito lucro também.

O canal panamenho é uma mina de ouro, gerando milhões e milhões de dólares em lucro. Segundo projeções, a demanda continuará crescendo. Tanto o Canal do Panamá quanto o Porto de Santos são equipamentos que transformam a realidade onde estão instalados e contribuem para o desenvolvimento do país. Nesse ponto, pude perceber uma similaridade muito grande entre os dois.

Para poder utilizar o equipamento logístico, é necessário pagar uma taxa de utilização (pedágio) às autoridades panamenhas que controlam o fluxo de navios. A receita média anual é de US\$ 2 bilhões ao ano. O valor do pedágio é calculado com base no valor da carga transportada. O custo médio da passagem de um navio fica em torno de US\$ 143 mil (podendo chegar a US\$ 250 mil, dependendo do tamanho da embarcação). Por tonelada de carga movimentada, em média, o custo é de US\$ 8,73.

Enquanto isso, aqui no Brasil, um estudo da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) aponta que os custos totais para exportar grãos pelos portos do Arco Norte podem cair até 35% se empresas e produtores utilizarem rotas marítimas pelo Oceano Pacífico. O recuo ocorreria mesmo com o pagamento da taxa de utilização do Canal do Panamá. Nesse caso, acende-se a luz amarela para o Porto de Santos, que tem como uma das principais cargas movimentadas os grãos.

A análise da Conab mostra o Canal do Panamá como importante alternativa para melhorar a competitividade dos produtos agrícolas brasileiros, uma vez que pode representar menor tempo de navegação, com decorrente redução do frete, custos operacionais, combustível e emissões, entre outros, bem como possibilitar a abertura de novos mercados, em especial os de origem asiática.

Mas as coincidências não param por aí: visitei Casco Viejo, um centro histórico completamente revitalizado, e por lá não se registram roubos há quase 10 anos. Trata-se de um local seguro e amplamente visitado por turistas. O segredo? Houve investimento em segurança e uma forte expansão da alta gastronomia local. Esses dois fatores atraíram turistas do mundo todo e conseguiram aumentar o ticket médio de gastos naquela localidade. Com a maior frequência, as

empresas por lá instaladas geram empregos e consomem de toda infraestrutura para funcionarem. Um ciclo virtuoso no qual todos ganham. O local é lindo e vale a pena ser visitado.

Por fim, pude perceber também que o Panamá possui histórico de muita corrupção e desigualdade social. Condições depreciativas que se espalham por toda a América Latina.

O evento em que estive, o TOC Americas 2023, mostrou as novas tendências mundiais e os terminais e empresas brasileiras presentes foram brindados com muito conhecimento. Uma pena que, por maior que seja o setor portuário, muitos no Brasil ainda insistem em falar de si para si mesmos. Uma presença cada vez maior do setor em eventos internacionais é extremamente importante para que possamos entender o caminho pelo qual o mundo navega.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 25/10/2023

AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS ABRE CONSULTA PARA CONSTRUÇÃO DE BERÇOS NA ALEMOA

Objetivo é ampliar a capacidade de movimentação de graneis líquidos na Margem Direita do Porto de Santos

Por: Bárbara Farias



Autoridade Portuária colhe contribuições para chamamento público visando a construção e exploração de pelo menos mais um berço público na Alemoa para movimentação de graneis líquidos Foto: Sérgio Furtado/Imagens Aéreas

Com o objetivo de expandir a capacidade de movimentação de graneis líquidos em um cluster especializado, na Margem Direita do Porto de Santos, a Autoridade Portuária de Santos (APS) abriu consulta a empresas do segmento interessadas em construir e explorar um novo berço público de atracação na

Alemoa. As contribuições servirão de base para o edital de chamamento público e poderão ser enviadas até 12 de novembro.

O chamamento público visa a contratação de empresa privada para a construção de ao menos mais um berço público de atracação. Trata-se de um contrato de passagem, que permitirá ao vencedor do edital ter preferência no uso do berço pelo período de 25 anos, passando os seus dutos pela área portuária.

Segundo explicou a APS, o novo berço será construído dentro da poligonal (perímetro administrativo que compreende acessos, instalações, terminais arrendados e áreas de expansão do porto público), que já conta com quatro berços utilizados para movimentação de graneis líquidos, que são combustíveis e produtos químicos.

“A Alemoa conta com quatro berços — a Petrobras opera com exclusividade o berço denominado Alamoia 1 e tem preferência no Alamoia 2, enquanto as empresas detentoras de contratos de passagem detêm direito de preferência nos berços Alamoia 2, 3 e 4”. Essas empresas são Granel Química, Stolthaven, Ultracargo e Vopak.

O píer existente na Alemoa concentra toda a movimentação de produtos químicos e combustíveis, conforme previsto no Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ), consolidando o cluster de graneis líquidos do lado de Santos.

Sobre a intenção de atrair capital privado para a construção de berços públicos no Píer da Alemoa, o presidente da APS, Anderson Pomini, afirmou, em nota, que o investimento é necessário, pois há previsão de saturação da capacidade de movimentação de líquidos nos próximos anos.

“Com o aumento da demanda em um milhão de toneladas nos próximos cinco anos e de três milhões em dez anos, cabe à Autoridade Portuária planejar a expansão portuária e garantir o esforço técnico e institucional para que o Porto seja capaz de atender com eficiência os seus clientes”, destacou.

Questionada sobre o investimento estimado para a construção da infraestrutura, a APS informou que “é um dos itens a constar nos projetos a serem apresentados em resposta ao chamamento”. A minuta do edital de chamamento público pode ser consultada no site www.gov.br/participamaisbrasil, do Governo Federal, onde também podem ser feitos os comentários com contribuições para o documento.

Termo de compromisso

Em 21 de setembro, em sua primeira visita à Baixada Santista, o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, assinou três termos de compromisso, sendo que dois deles tratam de cessão de áreas na Alemoa.

Um dos documentos trata exclusivamente da remodelação da região dos berços de atracação no bairro, mantendo dois berços de uso exclusivo da Petrobras e outros três de uso público. Quatro já existem, o chamamento público é para a construção do quinto. O outro termo é referente a uma área de 400 mil metros quadrados para expansão da poligonal do Porto de Santos. A expectativa é que a medida facilite o desenvolvimento e a instalação de novos empreendimentos.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 25/10/2023

GRUPO ALEMÃO DEMONSTRA INTERESSE EM CONSTRUIR POLO PETROQUÍMICO VERDE EM CUBATÃO

Porto de Santos pode ser beneficiado por iniciativa que prevê fábricas de hidrogênio, amônia e aço

Por: Ted Sartori



Industrialização verde em Cubatão pode ser benéfica para o Porto de Santos Foto: Rogério Soares/AT/Arquivo

Um grupo de investimento alemão mostrou interesse em construir um polo químico e siderúrgico em Cubatão, com fábricas de hidrogênio, amônia e aço verdes. O Porto de Santos pode ser um dos beneficiados com a futura iniciativa.

“Cubatão tem um cenário pronto, de um polo petroquímico verde, de energia limpa. Nessa fase de transição energética, a cidade saíria na frente. Até porque as grandes petroquímicas estão aqui, que são obviamente consumidoras naturais de um processo de energia verde. Um dos motivos fundamentais para a repercussão disso na região seria a empregabilidade. E que Cubatão se tornaria uma potência por toda a estrutura que tem, para atender as duas margens do Porto de Santos e avançar nesse sentido”, afirma o prefeito Ademário Oliveira (PSDB).

A confirmação do interesse dos alemães foi dada pelo secretário estadual de Desenvolvimento Econômico, Jorge Lima, durante reunião técnica que aconteceu recentemente, na sede da Usiminas, em Cubatão. O grupo procurou o Governo de São Paulo com esse intuito.

“Estamos com um projeto grande para reindustrializar Cubatão, dando força ao Polo. Esta é uma determinação do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos), que é a gente ter um olhar conjunto

de voltar a desenvolver e recuperar o que Cubatão já foi. Você tinha a Cosipa (atual Usiminas), que no passado chegou a empregar 30 mil, 35 mil pessoas. Nós fomos perdendo. Isso aqui é um polo importante para o Estado de São Paulo”, conta o secretário de Estado.

Oliveira contou que, no material enviado aos alemães, foram elencados 11 motivos para que Cubatão seja o local escolhido para abrigar um polo petroquímico verde. “Vamos aguardar o retorno deles para sabermos se será realizada uma visita à Alemanha ou se eles virão aqui”.

O prefeito cubatense lembra que a cidade tem tudo para atrair a indústria da energia verde. “Cubatão possui uma ótima geografia, água em abundância, energia elétrica, o Polo Industrial, o Porto de Santos e o maior mercado consumidor do Brasil, que é a Grande São Paulo”, lista o chefe do Executivo.

Porto e futuro

O gerente regional do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp), Omar Silva Júnior, também vê o Porto de Santos como parte fundamental deste processo.

“Nós temos um potencial muito grande de desenvolvimento, principalmente nesta área de energia. Temos consumidores, temos o Porto e Cubatão está partindo na frente. Em breve teremos grandes novidades”.

Oliveira também lembra outras razões para Cubatão entrar de cabeça dentro do que ele chamou de “reinvenção do mundo”, com a transição energética que irá ocorrer nos próximos anos.

“Aqui você tem rodovia, ferrovia, polo petroquímico, uma refinaria, enfim, você está todo estruturado para receber, do ponto de vista de áreas licenciadas. A Cidade já foi celeiro das maiores adubeiras, que hoje migraram para o Interior e para o Sul, pela conveniência do agro. A vida não é estática e a toda hora você precisa se reinventar. Essas tendências que o mundo coloca, como o hidrogênio verde, podem fazer com que Cubatão se torne uma potência nesse sentido”, ressalta.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 25/10/2023

PORTOFER ENCERRA CONTRATO DE ARRENDAMENTO DA FERROVIA INTERNA DO PORTO DE SANTOS (FIPS)

Distrato foi publicado na edição desta terça-feira (24) do Diário Oficial da União (DOU)

Por: Bárbara Farias



A Fips é uma sociedade de propósito específico formada pela Rumo, MRS e VLI Foto: Vanessa Rodrigues/AT

A Portofer Transporte Ferroviário encerrou oficialmente o contrato de arrendamento da Ferrovia Interna do Porto de Santos (Fips) com a Autoridade Portuária de Santos (APS). O distrato foi assinado em 30 de setembro e o extrato foi publicado na edição desta terça-feira (24) do Diário Oficial da União (DOU). A nova cessionária privada já opera a Fips desde o dia 1º de outubro.

Em nota, a APS informou que “o distrato que encerra o contrato firmado com a Portofer já estava previsto entre as partes, a fim de viabilizar o início do contrato com a nova cessionária da Fips”.

A gestora do Porto de Santos esclareceu ainda que “o contrato inicial com a Portofer teria vigência até fevereiro de 2025. A antecipação ocorreu em comum acordo, com acompanhamento dos órgãos de controle”.

A Fips é uma sociedade de propósito específico formada pela Rumo, MRS e VLI. O contrato de cessão com a APS foi firmado em dezembro do ano passado. Já o processo de transição operacional entre a Portofer e a nova cessionária ocorreu entre junho e setembro.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 25/10/2023

TÚNEL SANTOS-GUARUJÁ É TEMA DE REUNIÃO ENTRE MINISTRO DE PORTOS E GOVERNADOR TARCÍSIO DE FREITAS

Encontro ocorreu em Brasília, nesta terça-feira (24); ministro deve visitar Baixada Santista na sexta-feira (27)

Por: Bárbara Farias



Ministro de Portos e governador de SP se reuniram a portas fechadas Foto: Divulgação

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, e o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) se reuniram nesta terça-feira (24) em Brasília. No encontro, ambos discutiram a construção do túnel Santos-Guarujá, o que pode indicar uma aproximação entre os governos Federal e do Estado, que têm a intenção de realizar a obra. Além disso, está prevista uma visita do ministro à Baixada Santista na sexta-feira (27). A agenda ainda será definida.

Costa Filho recebeu Freitas a portas fechadas, na Capital Federal, ao lado da secretária nacional de Portos e Transportes Aquaviários, Mariana Pescatori. A ligação seca entre as duas margens do Porto de Santos foi o assunto principal da reunião, segundo postagem nas redes sociais do ministro. Os detalhes da conversa não foram divulgados à imprensa.

“A orientação do presidente Lula e do ministro-chefe da Casa Civil, Rui Costa, é cada vez mais ampliarmos as parcerias com os estados e municípios para levarmos obras e ações que melhorem a qualidade de vida da população”, escreveu Costa Filho nas redes sociais.

Sabe-se que tanto o Governo Federal, por meio do Ministério de Portos e Aeroportos, quanto o Governo do Estado têm intenção de construir o túnel submerso. A obra, cujo valor foi atualizado para R\$ 5,8 bilhões, está prevista no novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), da União. Já a gestão paulista conta com os projetos básico e executivo do empreendimento, desenvolvidos pela extinta Dersa, em 2012, e que já têm licenças ambientais concedidas, mas que precisam ser revalidadas.

No último dia 14, A Tribuna publicou que a obra do túnel submerso está qualificada para integrar o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) do Governo Federal, porque deverá ser viabilizada por meio de parceria público-privada (PPP), segundo informou o ministério na ocasião.

Considerada a maior obra de infraestrutura do País entre as relacionadas no PAC, a intenção do Ministério de Portos e Aeroportos e da Autoridade Portuária de Santos (APS) é lançar o edital de concessão do túnel submerso via PPP no próximo ano, com previsão de entrega para 2028.

O PPI contribui para a concepção e a execução de projetos de parcerias entre o poder público e a iniciativa privada, que conferem segurança jurídica e retornos adequados por meio de contratos de longo prazo que garantam o equilíbrio econômico-financeiro das empresas concessionárias.

Ainda de acordo com o Ministério de Portos e Aeroportos, a Resolução 213 do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (CPPI), de 16 de dezembro de 2021, e o Decreto 11.025, de 31 de março de 2022, qualificam os estudos para a implantação e a exploração de ligação seca

entre os municípios de Santos e Guarujá por meio de túnel submerso no polígono do Porto de Santos.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 25/10/2023



MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA

RAQUEL LYRA DEFENDE MANUTENÇÃO DE INCENTIVOS ÀS INDÚSTRIAS AUTOMOBILÍSTICAS NO NE

Por Jairo Lima



Governadores do Nordeste estiveram reunidos com o ministro Fernando Haddad, do PT, nesta terça (24/10), em Brasília. Foto: Divulgação.

A governadora Raquel Lyra (PSDB) defendeu a manutenção do Regime Automotivo do Nordeste na Reforma Tributária, em Brasília, durante reunião com o ministro Fernando Haddad (Fazenda) e governadores do Nordeste. A tucana explicou que já pleiteou à presidência do Senado, cargo ocupado por Rodrigo Pacheco (PSD-MG), para que os benefícios fiscais do Imposto sobre Produtos

Industrializados (IPI) para plantas automobilísticas nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste sejam mantidos até 2032.

O pedido é para que os senadores conservem esse ponto na votação da PEC no Senado, retirado pela Câmara em julho. Na ocasião, o deputado Federal Fernando Monteiro (PP-PE) votou contra um destaque proposto pelos estados do Nordeste e Centro-Oeste que concederam incentivos fiscais para montadoras de automóveis numa articulação que foi liderada à época pelo estado de São Paulo. O voto seria essencial para aprovação da matéria que necessitava de 308 votos, mas ficou nos 307 contra 166, e a proposta não foi aprovada.

A situação rendeu severas críticas a Fernando Monteiro, que foi o único da bancada pernambucana que votou contrário à PEC. O voto de Monteiro fez toda a diferença. Agora, as montadoras instaladas em Pernambuco esperam que o destaque à Reforma Tributária para ampliar os incentivos do IPI para montadoras de veículos do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, até 2032, seja revisado pelo Senado e retorne à Câmara.

“Não se trata de um mero incentivo fiscal e um benefício setorial. Esta é uma política de desenvolvimento regional, um mecanismo de fomento que se utiliza da característica estruturante do setor automotivo. É uma política de correção de distorções que se acentuam no decorrer da história”, ressaltou a governadora Raquel Lyra.

Em Pernambuco, a presença da indústria automotiva Stellantis, em Goiana, na Zona da Mata Norte, além da fábrica da Moura, em Belo Jardim, no Agreste, representa um importante movimento de desconcentração territorial da indústria automotiva e de autopeças no país. Para Pernambuco e os estados do Nordeste, a prorrogação até 2032 é fundamental para garantir a competitividade da indústria automotiva fora do eixo Sul-Sudeste.

O polo automotivo de Goiana, por exemplo, revolucionou a pauta de exportações do Estado. A partir de 2017, o polo exportou R\$ 736,5 milhões e se tornou líder das exportações estaduais, uma importante contribuição dessa indústria para acelerar as transformações da economia

pernambucana. O complexo gerou dinamismo de emprego, com crescimento médio de 5,6% ao ano. Além disso, entre 2015 e 2021, Pernambuco teve aumento de 28,4% ao ano na arrecadação do ICMS do segmento de fabricação automotiva, quando houve queda na arrecadação total pelo Estado.

“Quando colocamos uma indústria como a Stellantis na região canavieira, uma das mais modernas do mundo, sustentável, fazemos o filho do canavieiro sonhar em ser engenheiro, em ser designer, por exemplo. Se não colocarmos incentivo fiscal, a fábrica vai para qualquer lugar do mundo. E isso é uma decisão política, de colocar incentivos fiscais para colocar novas indústrias onde não há estrutura competitiva”, acrescentou a gestora, que destacou ainda que, para Pernambuco e os estados do Nordeste, a prorrogação até 2032 é fundamental para garantir a competitividade da indústria automotiva fora do eixo Sul-Sudeste.

Durante a reunião desta terça, os governadores e secretários da Fazenda presentes também discutiram sobre o pacto federativo e equilíbrio fiscal dos estados.

Além de Raquel Lyra, participaram da reunião os governadores Elmano de Freitas (PT – Ceará), Jerônimo Rodrigues (PT-Bahia), Paulo Dantas (MDB-Alagoas) Carlos Brandão (PSB-Maranhão), João Azevedo (PSB-Paraíba) e Fátima Bezerra (PT-Rio Grande do Norte), além do vice-governador de Sergipe, Zezinho Sobral (PDT), e o vice-governador do Piauí, Themístocles Filho (MDB). Os secretários estaduais de Pernambuco Wilson José de Paula (Fazenda), Rodolfo Costa Pinto (Comunicação), Fabrício Marques (Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional), Túlio Vilaça (Casa Civil) e Fernando Holanda (Assessoria Especial) também estiveram presentes.

Impacto do Polo Automotivo



Montadora Jeep em Goiana: supplier park com 16 indústrias/Foto: divulgação Jeep

Numa série de reportagens apresentada pelo Movimento Econômico, ainda no mês de dezembro de 2022, mostra como o “Polo automotivo faz Goiana saltar 9 posições no ranking do PIB de Pernambuco”. A implantação da fábrica da Stellantis mudou completamente a economia da cidade de Goiana, a 62 km do Recife. O município passou por uma etapa de “notável desenvolvimento”, saindo de uma

participação de 0,93% do Produto Interno Bruto (PIB) de Pernambuco, em 2010, para 5,17% em 2019, e agora ocupa a 4ª posição entre as cidades com melhor desempenho econômico em Pernambuco, contra a 13ª de anos atrás. Lá, o emprego e os avanços na escolaridade também apresentaram crescimentos acima da média de outras cidades pernambucanas. E uma parte disso se concentrou de 2015 a 2019, anos que incluem a maior recessão registrada no Brasil, ocorrida entre 2015 e 2016.

Os números sobre Goiana estão no estudo Principais Impactos dos Setores Automotivo e Autopeças no Estado de Pernambuco, realizado pela Consultoria Econômica e Planejamento (Ceplan).

Raquel Lyra encontra bancada de deputados federais e senadores por Pernambuco em Brasília nesta quarta

Dando continuidade à agenda na capital federal, nesta quarta-feira (25), Raquel Lyra reúne, às 11h, os deputados federais e os senadores por Pernambuco. Em pauta estão os projetos prioritários para o Estado, como a Ferrovia Transnordestina, a Adutora do Agreste e restauração de estradas.

Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda

Data: 25/10/2023

BEMISA FORMALIZA RENÚNCIA À AUTORIZAÇÃO PARA CONSTRUIR FERROVIA

Com a desistência da Bemisa, dois cenários se abrem para a ferrovia em Pernambuco: um favorável e outro negativo. Confira.

Por Patricia Raposo



O trecho da ferrovia que liga Piauí a Pernambuco da Ferrovia Transnordestina/Foto: Agência de Desenvolvimento do Piauí.

O Grupo Bemisa formalizou ontem, segunda-feira (20), seu pedido de renúncia ao contrato de adesão relativo à outorga para construir e explorar a Estrada de Ferro do Sertão (EF-233), um traçado entre Curral Novo do Piauí (PI) e o Porto de Suape (PE). O requerimento da subsidiária Planalto Piauí Participações e Empreendimentos S.A foi apreciado em reunião deliberativa da Agência Nacional de Transportes

Terrestres (ANTT).

Segundo a ANTT, esse foi o primeiro pedido de autorização apresentado para a referida obra, que seguia o mesmo traçado da Nova Transnordestina, ferrovia regional sob responsabilidade da CSN (Companhia Siderúrgica Nacional). A desistência, segundo fontes ligadas à Bemisa, estaria relacionada a uma nova concessão para a ferrovia, que vai considerar um trecho menor: de Salgueiro a Suape, já que a CSN construiu o trecho entre Curral Novo do Piauí e Salgueiro (PE).

A ideia de uma nova concessão para a ferrovia se consolidou quando a governadora Raquel Lyra optou, no começo de seu governo, por buscar financiamento público para a obra, diante da recusa da CSN de seguir o projeto original da Transnordestina, que contemplaria dois ramais ligando o sertão ao litoral. A CSN descartou o ramal para o Porto de Suape e optou apenas por um ramal para o Porto de Pecém, no Ceará. Diante desta decisão, a Bemisa então, recuou no interesse de construir a ferrovia.

Com a desistência da empresa, dois cenários se abrem. No primeiro, a Bemisa disputaria uma nova concessão, entrando como detentora do principal, a carga. A empresa tem uma mina de minério de ferro no estado vizinho e quer escoar tudo por Suape, onde tem intenção de construir um terminal de minérios na ilha de Cocaia. Na semana passada, o presidente do Porto de Suape, Márcio Guiot, confirmou ao Movimento Econômico que a Bemisa segue interessada nesse equipamento.

No segundo cenário, há um risco de Pernambuco perder a carga da Bemisa. E por quê? Porque o processo de uma nova concessão pode se arrastar, assim como podem ocorrer atrasos na liberação de verbas para a obra, já que ainda não se definiu a modelagem financeira para sua execução.

O Novo PAC vai destinar, via OGU, R\$ 450 milhões para o ramal da ferrovia pernambucana, quando



são necessários, no mínimo, R\$ 5 bilhões para sua conclusão. "Se a cada ano forem liberados R\$ 450 milhões, R\$ 500 milhões, a obra vai demorar mais 10 anos para ser concluída, na melhor das hipóteses...", disse uma fonte ligada ao setor.

Suape com Ilha de Cocaia ao centro: destino do terminal de minérios da Bemisa/Foto: divulgação Suape

Essa observação é importante diante do



histórico da ferrovia, cujas obras começaram em 2006 e paralisaram em 2016 em Pernambuco. De certo modo, só tem avançando no Ceará.

Na sexta-feira passada (20), por exemplo, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) liberou R\$ 811 milhões para o trecho cearense entre Eliseu Martins (PI) e o Porto do Pecém.

Cenário de atrasos para ferrovia

“Se o cenário de atrasos se desenhar, não se pode descartar a possibilidade de a Bemisa desistir de Suape e enviar sua carga por Pecém”, diz uma fonte do setor. Principalmente se um novo boom de crescimento global acelerar o interesse por minério de ferro.

“Num cenário assim, a Bemisa pode arrendar o ramal para levar sua carga a Pecém ou mesmo vender sua mina para o dono da CSN, Benjamin Steinbruch”, disse a fonte. Neste sentido, o governo de Pernambuco precisaria acelerar as tratativas com o governo federal para avançar com a concessão, porque ela seria uma forma de garantir os investimentos.

Procurada, a Bemisa respondeu por nota, e demonstrou interesse na concessão: “Estamos confiantes na retomada das obras do trecho de Salgueiro até o Complexo Portuário de Suape, que foram incorporados no Programa de Aceleração do Crescimento 3 (PAC 3)”. A empresa reafirma o compromisso com a produção de minério de ferro no Projeto Planalto, situado no estado do Piauí.

O governo de Pernambuco também foi procurado e ficou de enviar uma posição sobre o assunto. Mas até o fechamento da edição não enviou. Este conteúdo será atualizado assim que isso ocorrer.

Leia a nota da Bemisa na íntegra:

“Em junho deste ano, o Grupo Bemisa formalizou junto à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) solicitação de renúncia ao Contrato de Adesão Nº 7/SNTT/MINFRA/2021, conforme estabelecido na Cláusula Décima Terceira. Esta decisão resultou de uma análise da viabilidade técnica e econômica, considerando a autorização concedida pelo Ministério de Infraestrutura para a operação do Serviço de Transporte Ferroviário entre Curral Novo do Piauí (PI) e o Complexo Portuário de Suape (PE).

Estamos confiantes na retomada das obras do trecho de Salgueiro até o Complexo Portuário de Suape, que foram incorporados no Programa de Aceleração do Crescimento 3 (PAC 3).

Nesse contexto, reforçamos nosso compromisso com a produção de minério de ferro no Projeto Planalto, situado no estado do Piauí. Este projeto desempenha um papel fundamental na economia do Nordeste e no desenvolvimento social na região por meio da criação de empregos e geração de renda. “

Fonte: Mercoshipping Marítima Ltda

Data: 25/10/2023



Portos e Aeroportos

GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF

COSTA FILHO PARTICIPA DE EVENTO COM REPRESENTANTES DE TERMINAIS PORTUÁRIOS PRIVADOS

Durante o 10º Encontro da ATP, ministro fala sobre a carteira de investimentos do MPor e anuncia a implementação do Navegue Simples



Ministro Costa Filho anuncia lançamento do Navegue Simples, uma iniciativa para desburocratizar o setor portuário. Foto: Sérgio Francês/MPor

No ano que marca uma década da Lei dos Portos, o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, participou da abertura do 10º Encontro da Associação de Terminais Portuários Privados (ATP), em Brasília. Na ocasião, o ministro falou sobre a carteira de investimento do MPor e a necessidade de desburocratização do setor para

dar agilidade a novos investimentos.

Costa Filho também mencionou o protagonismo do modelo de terminais de uso privado no Brasil. "Os nossos portos, sem dúvida alguma, são uma referência no mundo. Temos uma ampla agenda de desenvolvimento para cumprir pela frente e avançar de maneira coletiva no desenvolvimento econômico", disse.

Na ocasião, o ministro ressaltou que o MPor tem uma cartela da ordem de R\$ 70 bilhões, dos quais R\$ 50 bilhões serão direcionados à agenda portuária. "Esperamos que, até 2027, tenhamos R\$ 25 bilhões de investimentos com contratos assinados. Também estamos trabalhando para que 40 a 45 novos projetos de TUPs, de concessões, de prorrogações, possam gerar mais de R\$ 60 bilhões em investimentos na economia brasileira.

Navegue Simples

Para operacionalizar esses recursos e impulsionar a agenda portuária, Costa Filho anunciou que o MPor lançará o programa Navegue Simples, que pretende, junto com a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e o Tribunal de Contas da União (TCU), desburocratizar o setor e agilizar novas autorizações de TUPs. Com a iniciativa, o ministério pretende simplificar o trâmite de processos para todos os tipos de outorgas portuárias.

"No lugar de dois anos a três anos para fazer a autorização de um TUP, poderemos fazer a validação em até seis ou oito meses. Estou muito confiante de que possamos avançar nesse processo e adiantar também os investimentos no modal hidroviário", afirmou o ministro.

Atualmente, o setor gera mais de 250 mil empregos diretos e mais de 600 mil indiretos. "O MPor mostrará compromisso com a transparência, a desburocratização e a segurança jurídica. Queremos que o ministério seja um instrumento de regulação e construção coletiva", concluiu.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 25/10/2023

"Nosso objetivo é seguir modelo onde concedemos estradas federais e estaduais de forma unificada, e garantir investimentos, mais segurança e tarifas justas à população", resume ministro Renan Filho

Os governos Federal e do estado de Goiás deram início ao processo que permitirá a concessão conjunta de estradas federais e estaduais, como já vem sendo feito no Paraná – em seis lotes – e é estruturado com os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Nesta terça-feira (24), o ministro dos Transportes, Renan Filho, e o governador de Goiás, Ronaldo Caiado, assinaram convênio de



delegação o qual, na prática, possibilita que cinco estradas goianas sejam leiloadas com estradas federais que cortam o estado, formando o chamado Lote 2 de Goiás. A previsão é que o leilão seja realizado ainda em 2024.

Ministro Renan Filho e governador Caiado durante reunião desta quarta: concessões conjuntas para assegurar segurança e investimentos nas estradas - Foto: Marcio Ferreira/MT

Somando 636,73 quilômetros de pistas, as vias estaduais são as seguintes:

- GO-020, do entroncamento da BR-153/352, em Goiânia, até o entroncamento da GO-139, no fim do perímetro urbano de Cristianópolis;
- GO-060, do entroncamento da GO-050/070, em Goiânia, ao entroncamento da GO-320, no início do perímetro urbano de Iporá;
- GO-070, do entroncamento da BR-060/GO-050/060, em Goiânia, ao entroncamento do GO-164;
- Trecho 1 da GO-080, do entroncamento da BR-060, em Goiânia, ao entroncamento da BR-153;
- Trecho 2 da GO-080, do entroncamento da BR-153 ao entroncamento da BR-251/GO-230/338, no contorno de Goianésia.

As estradas goianas permanecem sob gestão do estado até o momento de assinatura de eventual contrato de concessão.

Benefícios

“Nosso objetivo é seguir modelo já aplicado no Paraná e em estudo em Santa Catarina e Rio Grande do Sul, para concedermos estradas federais e estaduais de forma unificada, o que garantirá investimentos, mais segurança e tarifas justas à população”, resume ministro. Os brasileiros também são beneficiados com a geração de postos de trabalho que se abrem com as obras previstas nas concessões para adequação da capacidade das vias e elevação do nível de serviços prestados aos usuários.

A secretária nacional de Transporte Rodoviário, Viviane Esse, destaca a importância da assinatura do convênio: “Com isso, ano que vem, nós conseguimos fazer um leilão das principais rodovias de Goiás”. Ela lembra que o portfólio de concessão do Ministério dos Transportes prevê a realização em 2024 de quatro leilões de rodovias federais que cruzam o território goiano.

*Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF
Data: 25/10/2023*

DIA DO SERVIDOR - CELEBRAÇÃO DESTACA IMPORTÂNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS NO FORTALECIMENTO DA DEMOCRACIA



“A palavra dessa semana é reconhecimento (...) o reconhecimento do papel institucional do servidor público na manutenção da estabilidade da Democracia no Brasil”, destaca secretário Adrualdo Catão,

Secretário Adrualdo Catão agradeceu contribuição dos agentes públicos para desenvolvimento do setor de transportes e segurança viária

Os servidores públicos dos ministérios dos

Transportes, das Comunicações e de Portos e Aeroportos participaram na tarde desta terça-feira (24) da abertura das celebrações da Semana do Servidor – 2023, comemorada há 80 anos no Brasil. As três pastas dividem a sede na Esplanada dos Ministérios – o Bloco R –, e pela primeira vez se uniram para celebrar conjuntamente o papel dos agentes do serviço público na promoção da cidadania e no fortalecimento das instituições democráticas no país.

Um vídeo com depoimentos de servidores dos três ministérios foi exibido no evento de abertura dos festejos. Representando o Ministério dos Transportes, o secretário Nacional de Trânsito, Adrualdo Catão, reforçou a importância dos homenageados na superação de desafios institucionais para a modernização do país. “A palavra dessa semana é reconhecimento (...) o reconhecimento do papel institucional do servidor público na manutenção da estabilidade da democracia no Brasil”, destacou.

O público que lotou o auditório do edifício-sede do Bloco R assistiu a palestra motivacional da consultora e escritora Branca Barão sobre “Felicidade no serviço público – resgatando a importância de servir”. Ao longo da semana, estão previstas premiações, atividades esportivas e arteterapia, entre outras atividades. Confira e participe:

Quarta-feira – 25/10

9h30 – Arteterapia – Salão Nobre

11h – Praça de Alimentação (estacionamento do edifício-sede)

11h30 – Jiu-jitsu, capoeira e arte marcial para mulheres – Espaço Conexo

14h30 – Entrega de prêmios de Reconhecimento à Trajetória de Serviço, Reconhecimento ao Serviço e 4º Prêmio de Fotografia Edson Leite – auditório

16h30 – Coffee Break

Quinta-feira – 26/10

10h30 – Massagem e Assessoria Mary Kay – Espaço Conexo

11h – Praça de Alimentação

11h30 – Zumba e loga – Espaço Conexo

14h30 – Encerramento – Show de Talentos – auditório

16h30 – Coffee Break

Origem

O serviço público começou a ganhar forma institucional no Brasil com a criação do Conselho Federal do Serviço Público Civil, instituído pela Lei nº 284, em 28 de outubro de 1936. Três anos depois, no mesmo dia, o Decreto-Lei nº 1.713 definiu os direitos e deveres dos servidores públicos. Em 28 de outubro de 1943, instituiu-se a data para homenagear os servidores públicos brasileiros com a inclusão da efeméride no calendário oficial do Estado, por meio do Decreto-Lei 5.936.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 25/10/2023

FERROVIAS - EM ENCONTRO INTERNACIONAL, BRASIL DEFENDE INVESTIMENTO EM FERROVIAS COMO MÉTODO DE DESCARBONIZAÇÃO



“Para dobrar o número de trilhos, o Brasil tem investido em projetos ferroviários, que, além de auxiliar o processo de descarbonização, reduzem os custos logísticos”, diz secretário nacional de Transportes Ferroviários, Leonardo Ribeiro, em reunião do ITF

Meta brasileira é dobrar o transporte de cargas pelo modal ferroviário até 2035 - Foto: Edson Leite/MT

O Ministério dos Transportes apresentou um panorama de planos ferroviários como método para o combate à emissão de carbono e à promoção de uma economia mais sustentável, nesta terça-feira (24), durante reunião do Fórum Internacional de Transportes



(ITF). O Brasil é membro permanente do fórum e a meta do país é aumentar o transporte de carga pelo modal ferroviário de 17,69% para 34,62% até 2035.

“Para dobrar o número de trilhos até 2035, o Brasil tem investido em projetos ferroviários, que, além de auxiliar o processo de descarbonização, reduzem os custos logísticos”, afirmou o secretário nacional de Transportes Ferroviários, Leonardo Ribeiro, no encontro do fórum global. De acordo com o secretário, o combate à emissão de carbono conta ainda com a adoção de novas tecnologias, como o uso de veículos elétricos, de caminhões movidos a gás natural e melhorias nos motores à combustão – o que poderia reduzir em até 13,7% as emissões em veículos de carga e de passageiros no país.

Leonardo Ribeiro reforçou o compromisso do Ministério dos Transportes com as questões ambientais. “Estamos empenhados em enfrentar as mudanças climáticas, por meio de estratégias de mitigação e de reforços à resiliência climática, para minimizar o impacto das catástrofes naturais. Preservação e conservação do meio ambiente continuam a ser nossa prioridade enquanto batalhamos para proteger nosso ecossistema e biodiversidade”, afirmou.

Importância

- O ITF é uma organização intergovernamental autônoma ligada administrativamente à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE);
- A entidade reúne 66 nações e discute o presente como forma de projetar o futuro dos transportes em todo o planeta;
- O fórum atua como um think tank para questões relacionadas à política de transportes de todos os modais;
- O ITF realiza anualmente um encontro entre ministros de Transportes dos países membros, no qual são apresentadas as últimas novidades e políticas do setor.
- Em maio deste ano, o Brasil se tornou membro permanente: para os brasileiros, o benefício de fazer parte de uma organização como o ITF está em acessar, em primeira mão, as melhores práticas para melhorar a vida das pessoas.

*Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF
Data: 25/10/2023*

FERROVIAS - ACORDO DE COOPERAÇÃO DEFINE RESPONSABILIDADES E FACILITA DEVOLUÇÃO DE TRECHOS FERROVIÁRIOS

“A administração dos ativos que envolvem ferrovias é fundamental para o desenvolvimento socioeconômico do Brasil”, afirmou o secretário nacional de Transporte Ferroviário, Leonardo Ribeiro

Assinado nesta terça-feira (24) entre representantes dos ministérios dos Transportes e da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, acordo de cooperação técnica vai definir responsabilidades e facilitar a gestão de áreas e imóveis provenientes de companhias ferroviárias extintas. Assinaram o documento a Secretaria Nacional de Transporte Ferroviário, a Secretaria de Patrimônio da União (SPU) e o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT).

“Temos a clareza de que a administração dos ativos que envolvem as ferrovias é fundamental para o desenvolvimento socioeconômico do Brasil”, afirmou o secretário nacional de Transporte Ferroviário, Leonardo Ribeiro. Entre as iniciativas previstas pelo acordo estão a preservação do patrimônio histórico e da memória ferroviária, a elaboração de procedimentos para transferir à União os imóveis não necessários à operação ferroviária, a troca de conhecimento técnico entre as entidades e a criação de um grupo de trabalho para acelerar a execução das ações.

Trechos ociosos

O documento permite que o DNIT atue junto às concessionárias e ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) para obter dados e informações necessárias que permitam o desenvolvimento das ações determinadas. “Esse acordo permite que a gente busque soluções para a destinação dessas áreas”, disse o secretário do Patrimônio da União, Lúcio Andrade. “Esse esforço



conjunto é muito importante para alinharmos a questão da gestão ferroviária”, afirmou o diretor de Infraestrutura Ferroviária do DNIT, José Eduardo Guidi.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 25/10/2023



BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – INOVAÇÃO E TECNOLOGIA: IMPULSIONANDO O FUTURO DOS PORTOS

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

A iniciativa do município de Santos (SP) em lançar o programa Inova Santos, para financiar projetos de inovação e avanço tecnológico, é um passo promissor rumo ao desenvolvimento local e, conseqüentemente, do principal porto do Brasil, localizado na região. O projeto, que deve ser implantado no início do próximo ano, foi anunciado nessa terça-feira pelo prefeito Rogério Santos, durante sua participação no fórum Inova Portos, realizado na própria cidade.

A aposta em tecnologia é uma resposta ao mundo em constante evolução, onde a inovação é a chave para a competitividade. O setor portuário, um dos principais motores econômicos da região, não está alheio a essa realidade. O uso de tecnologias avançadas, como drones para batimetria e equipamentos movidos a combustíveis alternativos, é uma estratégia que pode tornar os portos mais eficientes e sustentáveis.

O programa Inova Santos também abordará uma questão crucial: a transformação das pesquisas acadêmicas em soluções práticas. Muitas vezes, os frutos das pesquisas universitárias permanecem intocados, quando poderiam ser usados para aprimorar a indústria e os serviços. Ao criar um ambiente propício para a transferência de conhecimento da academia para a indústria, Santos está fomentando uma cultura de inovação.

Durante o Inova Portos, Rogério Santos também anunciou a negociação de uma parceria da Prefeitura com a Autoridade Portuária de Santos, para buscar incentivar o avanço tecnológico, em um exemplo notável de como os setores público e privado podem trabalhar juntos para promover a inovação. A concentração desses esforços tem o potencial de criar um centro de excelência em tecnologia portuária.

Tais iniciativas são fontes de otimismo. Elas destacam a visão de um futuro onde a inovação impulsiona a economia, cria novas cadeias de negócio, fortalece a sustentabilidade e melhora a qualidade de vida. À medida que o programa Inova Santos se desenvolve, é essencial que outras regiões – principalmente as portuárias – sigam o exemplo, criando ecossistemas de inovação que impulsionarão o progresso e a prosperidade de suas comunidades.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 25/10/2023

NACIONAL - HUB – CURTAS

Por LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

DESBUROCRATIZAÇÃO 1

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, e o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Bruno Dantas, se reuniram na última segunda-feira, em Brasília, para debater uma aproximação entre a pasta e a corte de contas. Segundo Costa Filho, uma maior integração entre os dois órgãos pode facilitar a desburocratização do setor. “Pelo novo tratamento que a área portuária recebe do governo federal, é imprescindível dar agilidade aos processos, a fim de consolidar as ações de desenvolvimento que planejamos no âmbito do ministério”, destacou.

DESBUROCRATIZAÇÃO 2

O titular da pasta de Portos também apresentou o projeto Navegue Simples, que está em desenvolvimento e busca simplificar a tramitação de processos na Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários e na Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), o órgão regulador do setor.

HIDROVIAS 1

O Ministério de Portos e Aeroportos e a Antaq apresentam hoje, dia 25, às 14h30, o Plano Geral de Outorgas Hidroviário (PGO). O levantamento identifica as hidroviárias que podem ser concedidas à iniciativa privada, estimulando o desenvolvimento do transporte de cargas e de passageiros nesses rios. No mesmo evento, que será realizado no auditório da Antaq, em Brasília, as autoridades vão anunciar a abertura de chamamento público para a realização de estudos sobre a concessão da hidrovia do Rio Paraguai. Os trabalhos serão doados ao poder público.

HIDROVIAS 2

A concessão da Hidrovia do Rio Paraguai é um dos projetos de destaque do PGO Hidroviário, sendo estratégico para facilitar o escoamento das exportações de países do Mercosul. O evento de hoje será acompanhado pelo embaixador do Uruguai no Brasil, Guillermo Valles. O público poderá assistir à cerimônia pelo portal BE News (www.portalbenews.com.br).

ZPE

O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, se comprometeu a autorizar a implantação de uma zona de processamento de exportações (ZPE) no Maranhão até dezembro. O compromisso foi assumido durante reunião com o governador Carlos Brandão realizada ontem, dia 24.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 25/10/2023

NACIONAL - MINISTRO ANUNCIA INVESTIMENTO DE R\$ 400 MILHÕES PARA O PORTO DE SANTOS

Sem entrar em detalhes, Silvio Costa Filho disse que o aporte será para melhorias no acesso ao complexo

Por **MARÍLIA SENA** marilia@portalbenews.com.br



De acordo com Silvio Costa Filho, o valor do investimento a ser feito no acesso ao Porto de Santos foi definido durante conversa com o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas Crédito: Reprodução/Instagram/Silvio Costa Filho



O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, disse na terça-feira, dia 24, que o Governo vai investir R\$ 400 milhões no Porto de Santos. A declaração foi dada durante um evento da Associação de Terminais Portuários Privados (ATP), em Brasília.

Os recursos serão empregados em obras de infraestrutura viária no porto. Segundo o ministro, o valor foi acordado com o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas.

“Nós construímos com o governador Tarcísio, investimentos na área de mobilidade urbana, que vão ajudar no modal de transporte de acesso ao Porto de Santos. Investimentos de R\$ 400 milhões em todo aquele acesso viário que vai ajudar no escoamento da produção”, explicou o ministro.

Costa Filho, no entanto, não declarou se os recursos serão aplicados só na expansão da via Anchieta. Segundo ele, o Governo ainda articula com o Executivo paulista para identificar os pontos prioritários que devem receber o investimento.

“Em breve a gente deve estar conversando com o governador Tarcísio e com o diretor Pomini (Anderson Pomini, diretor-presidente da Autoridade Portuária de Santos) para a gente poder discutir a obra estratégica que será feita com esses recursos que poderão ajudar na mobilidade. O Governo do Estado está fazendo a articulação com a bancada federal, deputados e senadores para pegar esses recursos do governo federal e alocar para o Porto de Santos”, explicou o ministro.

Além deste investimento, Costa Filho também ressaltou a construção da ligação seca entre Santos e Guarujá que será construída com recursos do novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

A obra está orçada inicialmente em R\$ 5 bilhões com recursos da Autoridade Portuária de Santos (APS) e investimentos da iniciativa privada. O Governo também estuda uma modelagem do Programa de Parcerias para Investimentos (PPI) para a dragagem no canal do porto.

Galeão x Santos Dumont

De acordo com Silvio Costa Filho, o Governo Federal pretende apresentar uma solução para o impasse do aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro.

Ele se reuniu na terça-feira com o ministro Benjamin Zymler, do Tribunal de Contas da União (TCU), e com o prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Eduardo Paes (PSD), para discutir a situação.

O Governo trabalha para que a empresa que administra o Galeão, a Changi, continue operando no terminal. Recentemente, o Ministério de Portos e Aeroportos recebeu uma carta de intenção da Changi de permanecer na administração do aeroporto.

A decisão também precisa ser validada pelo TCU devido a dívidas que a Changi possui com o Estado. Em agosto, a corte aprovou uma medida permitindo que as administradoras desistam de devolver as concessões.

O Galeão passa por mudanças administrativas. Por conta da pandemia de Covid-19 o aeroporto perdeu uma quantidade significativa de usuários. Já o aeroporto Santos Dumont atingiu o seu limite operacional.

As autoridades, portanto, buscam uma solução para salvar a economia do aeroporto internacional. Entre elas, está a portaria publicada em agosto que limitou os voos no Santos Dumont, remanejando alguns destinos para o Galeão.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 25/10/2023

NACIONAL - MINISTÉRIOS FIRMAM ACORDO QUE FACILITA DEVOLUÇÃO DE TRECHOS FERROVIÁRIOS

Documento assinado pelas pastas de Transportes e de Gestão e Inovação também estabelece responsabilidades

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

Um acordo de cooperação técnica entre representantes dos ministérios dos Transportes e da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos foi oficialmente firmado na terça-feira (24). Esse acordo tem como objetivo estabelecer responsabilidades e simplificar a administração de áreas e propriedades que pertenciam a empresas ferroviárias extintas. O documento foi assinado pela Secretaria Nacional de Transporte Ferroviário, a Secretaria de Patrimônio da União (SPU) e o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit).

O acordo abrange diversas ações planejadas, tais como a preservação do patrimônio histórico e da memória ferroviária, a definição de procedimentos para transferir imóveis que não são mais necessários para a operação ferroviária ao Governo Federal, a troca de conhecimento técnico entre as entidades envolvidas e a criação de um grupo de trabalho com o propósito de agilizar a implementação das medidas.

O documento concede ao Dnit a capacidade de colaborar com as concessionárias e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) para obter os dados e informações essenciais que viabilizem a execução das ações definidas.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 25/10/2023

REGIÃO SUDESTE - SANTOS VAI LANÇAR PROGRAMA DE INCENTIVO A PROJETOS TECNOLÓGICOS

Chamado de Inova Santos, programa será bancado com recursos do município, segundo o prefeito

Por Cássio Lyra cassio@portalbenews.com.br



Segundo Rogério Santos, a ideia é que as pesquisas feitas por alunos e empresas de vários segmentos sejam colocadas em prática, transformadas em produtos para serem utilizados Crédito: Isabela Carrari/Prefeitura de Santos

Visando a inovação e a tecnologia, Santos vai lançar no ano que vem um programa para incentivos em pesquisas e demais projetos voltados para startups e universidades da região da Baixada Santista (SP). O anúncio foi feito pelo prefeito da cidade, Rogério Santos

(PSDB), durante a quarta edição do Inova Portos, maior evento de tecnologia portuária no Brasil, promovido pela Autoridade Portuária de Santos (APS) nesta semana.

Chamado de Inova Santos, o programa, segundo o prefeito, deverá ser lançado por volta da data de aniversário da cidade, no dia 26 de janeiro. A iniciativa visa a criação de startups que possam promover e desenvolver soluções para alavancar diversos segmentos, entre eles o portuário e aeroviário, a partir do Parque Tecnológico de Santos.

“São políticas para incentivar startups que tragam soluções tecnológicas para Santos nas mais diversas áreas, com recursos bancados pelo poder público municipal. Vamos criar um fundo de investimentos em tecnologia dentro do Parque Tecnológico”, revelou o chefe do executivo santista.

Segundo o prefeito, um dos motivos para a criação do programa é que as pesquisas realizadas por alunos e por empresas de diversos segmentos sejam colocadas em prática, transformadas em produtos para serem utilizados.

“O que eu vejo hoje é que as universidades têm como missão a formação, a extensão e a pesquisa. Mas a pesquisa feita, por falta de políticas claras, acabam ficando na prateleira, servindo para titulação, mas ela nunca é aplicada. Queremos criar um polo universitário, voltado para as atividades do Porto de Santos e do Aeroporto de Guarujá, assim como o Polo (Industrial) de Cubatão”, afirmou.

Recentemente, o prefeito e uma comitiva da Prefeitura, junto com representantes do Brasil Export, estiveram em Portugal, onde visitaram instalações portuárias e Parques Tecnológicos locais, conhecendo a estrutura e o desenvolvimento feito no país europeu.

Rogério Santos falou da parceria com algumas instituições, pensando no desenvolvimento e inovação da tecnologia, que poderão ser utilizados pela Administração Municipal.

“Estivemos no Parque Tecnológico de Aveiro (Portugal), e lá eles estão produzindo carros elétricos, drones... Produtos que certamente serão usados aqui. Drones subaquáticos são necessários para a batimetria do porto, batimetria do nosso programa de habitação no Rio São Jorge, nos canais. Por que não somos nós que desenvolvemos esses drones? São exemplos simples, pequenos em termos de tamanho, que não exigem grandes plantas e nem grandes investimentos e isso tem como fazer em parceria”, comentou.

Cidades vizinhas

O diretor-presidente da Autoridade Portuária de Santos, Anderson Pomini, disse que é importante concretizar essa parceria com o município através do Parque Tecnológico e juntar outras cidades que possuem relação direta com o porto.

“É importante nós unificarmos essas boas cabeças, o pessoal que está destinado sob o estudo da tecnologia, implementação de inovações. Temos de ampliar essa parceria com os demais municípios vizinhos ao porto, onde vamos poder centralizar em um único local esses estudos”, afirmou.

Participaram da roda de debates o prefeito de Guarujá, Válter Suman (PSDB); o diretor de Operações do Porto de Santos, Antônio Pádua de Andrade; o diretor de gestão e modernização portuária substituto do Ministério de Portos e Aeroportos, Luciano Braga; e o secretário de Comércio, Indústria e Negócios Portuários de São Vicente, Guilherme Guzzi.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 25/10/2023

REGIÃO SUDESTE - PORTOSRIO ASSINA ACORDO DE COOPERAÇÃO COM AUTORIDADE PORTUÁRIA DE HONDURAS

Acordo tem como objetivo fomentar a troca de experiências e conhecimentos e fortalecer as relações comerciais

Por Cássio Lyra cassio@portalbenews.com.br



Segundo a Autoridade Portuária, a presença da comitiva em Honduras foi em retribuição à visita realizada pela delegação daquele país em junho, nos complexos do Rio e de Itaguaí Foto: Divulgação/PortosRio

Uma comitiva da PortosRio — Autoridade Portuária que administra os complexos do Rio de Janeiro, de Niterói, Itaguaí e Angra dos Reis — visitou Honduras na última semana. Lá foi formalizado um acordo de cooperação

entre a companhia e a Empresa Nacional Portuária (ENP), que é responsável pela gestão dos portos hondurenhos de Cortés, San Lorenzo e Castilla.

De acordo com a PortosRio, o acordo firmado entre as duas Autoridades Portuárias tem como objetivo fomentar a troca de experiências e conhecimentos, fortalecer as relações comerciais, facilitar possíveis programas de capacitação conjunta e outras iniciativas colaborativas, além de contribuir para o desenvolvimento dos portos de ambos os países.

Representando a PortosRio no ato de formalização do acordo esteve Ronaldo Fucci, diretor de Gestão Portuária da companhia.

Segundo a Autoridade Portuária, a presença da comitiva foi em retribuição à visita realizada pela delegação hondurenha, liderada pelo ministro gerente da ENP, Carlos Arturo Bueso Chinchilla, aos portos do Rio de Janeiro e de Itaguaí entre 26 e 28 de junho deste ano.

A comitiva de Honduras conheceu as instalações dos dois complexos portuários, chegando inclusive, a visitar os terminais de contêineres da MultiRio e Rio Brasil Terminal. A possibilidade de acordo de cooperação entre as duas autoridades foi levantada durante o encontro.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 25/10/2023

REGIÃO SUL - TCP AGUARDA A CHEGADA DE 11 NOVOS RTGS

Gestora do Terminal de Contêineres de Paranaguá adquiriu os equipamentos, que deixaram a China no último dia 8

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br



Produzidos pela empresa chinesa ZPMC, os 11 RTGs têm altura de elevação de 21,2 metros, permitindo um empilhamento de 6+1 e capacidade de içamento de 41 toneladas
Crédito: Divulgação/TCP

A TCP, empresa responsável pela gestão do Terminal de Contêineres de Paranaguá, está prestes a receber 11 novos RTGs (Rubber Tyred Gantry). Estes equipamentos foram adquiridos em agosto de 2022 e partiram da China em 8 de outubro deste ano, com

previsão de chegada a Paranaguá até o final de novembro, um mês antes do prazo original.

Produzidos pela empresa chinesa ZPMC, esses 11 guindastes têm uma altura de elevação de 21,2 metros, permitindo um empilhamento de 6+1 e uma capacidade de içamento de 41 toneladas. Essa adição eleva o número de RTGs na TCP de 29 para 40, um notável aumento de 38% em seu parque de transtêineres. Isso proporcionará uma expansão na produtividade e uma maior confiabilidade na operação de navios, conforme explicado por Fernando Henrique Carneiro Reis, gerente de manutenção da TCP.

Além disso, esses RTGs estão equipados com tecnologias de segurança avançadas, como o mapeamento de pilhas com laser e um sistema anti-levantamento de carretas, o que ajuda a evitar acidentes em situações em que os contêineres ficam presos nas carrocerias dos caminhões.

A aquisição desses novos RTGs faz parte de um plano de investimento de R\$ 370 milhões pela TCP, que deve ser concluído até o final deste ano. Entre os projetos já finalizados estão a compra de 17 novos Terminal Tractors (TTs), a eletrificação de dois RTGs que operam na linha férrea e a construção de uma nova subestação de energia modelo GIS (subestações isoladas a gás), entre outros.



Para 2023, está programada a expansão do número de tomadas no pátio reefer, de 3.572 para 5.126, um aumento de 43%. Esse espaço é destinado ao armazenamento de contêineres com controle de temperatura, especialmente aqueles usados para o transporte de carnes congeladas, que é a principal commodity movimentada pelo terminal, considerado o maior corredor de exportação de frango congelado do mundo.

Mais caminhões

Em agosto, a TCP também fechou a compra de 17 Terminal Tractors (TTs) do modelo KT2i 4x2, fabricados na Polônia pela Kalmar, conhecidos como os mais modernos disponíveis no mercado. Esses novos veículos têm capacidade para transportar até 85 toneladas de carga e oferecem uma autonomia de três dias de operações ininterruptas, o dobro do período de trabalho dos veículos atualmente em uso no terminal. A chegada desses equipamentos, usados para movimentar contêineres entre navio, pátio, armazém e ferrovia, está prevista para o mês de novembro, o que aumentará a frota do terminal em 33%.

Além da aquisição dos TTs, a TCP também tem planos de adquirir mais 27 terminal trailers (semirreboques de caminhão) para complementar sua frota.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 25/10/2023

REGIÃO NORDESTE - PETROBRAS CONTRATA NAVIO PARA TERMINAL DE REGASEIFICAÇÃO DA BAHIA

Excelerate Sequoia tem capacidade de armazenamento de 173 mil m³ e capacidade de regaseificação de 23 milhões de m³ por dia

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

A Petrobras firmou um contrato de dez anos com a empresa Excelerate Energy para utilizar um navio que irá operar no Terminal de Regaseificação de Gás Natural Liquefeito (GNL) da Bahia (TR-BA). Com capacidade de armazenamento de 173 mil metros cúbicos e capacidade de regaseificação de 23 milhões de metros cúbicos por dia, o Excelerate Sequoia é considerado equiparável aos mais modernos da frota mundial.

O Excelerate Sequoia é uma embarcação regaseificadora de GNL que converte o gás natural importado do seu estado líquido para gasoso. Essa parceria assegurará que, nos próximos dez anos, ambos o Terminal de Regaseificação de GNL da Baía de Guanabara (TR-BGUA) e o TR-BA possam operar simultaneamente.

“A contratação visa garantir a continuidade operacional do Terminal de Regaseificação de GNL da Bahia, cuja posse retorna para a Petrobras em 1º de janeiro de 2024, após o término do arrendamento para a Excelerate. Com isso, garantimos nossa capacidade de oferta para atendimento aos compromissos assumidos, em consonância com o previsto no Planejamento Estratégico da companhia”, assegurou o diretor de Transição Energética e Sustentabilidade da Petrobras, Maurício Tolmasquim.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 25/10/2023

MERCOSUL - SERGIO MASSA E JAVIER MILEI DISPUTAM O LUGAR DE MENOS REJEITADO NO 2º TURNO NA ARGENTINA

Os dois candidatos buscam os votos de Patricia Bullrich, que, segundo as pesquisas, tem um índice de rejeição menor

Por MARÍLIA SENA marilia@portalbenews.com.br

Os dois candidatos que vão disputar o segundo turno das eleições na Argentina, Sergio Massa e Javier Milei, buscam costurar apoio às suas chapas.

A disputa será pelo menos rejeitada. É o que apontam pesquisas internas das campanhas dos candidatos. Com o resultado de 36,48% para Massa e 30,09% para Milei, os dois candidatos buscam os votos de Patricia Bullrich, que obteve o saldo de 23,85%.

A situação não está confortável para nenhum dos dois. Massa é o atual ministro da Economia e tenta conter, sem sucesso, uma inflação de mais de 120%. Já Milei espanta os eleitores com propostas como permitir a venda de órgãos e reduzir o tamanho do Estado com privatizações.

Em seu discurso após o resultado do primeiro turno, Massa disse que quer ser o presidente de “todos os argentinos” e não do “salve-se quem puder”.

A estratégia de Massa é relacionar Javier Milei com a sensação de pavor, segundo integrantes do seu gabinete de campanha.

O ministro da Economia conta com o apoio de marqueteiros do Partido dos Trabalhadores (PT) que ajudaram Lula a vencer Jair Bolsonaro.

Milei, por sua vez, tenta relacionar a imagem de Massa ao comunismo e ao grupo extremista Hamas. “Nossa batalha é contra uma organização criminosa”, disse Milei no último domingo.

Nas ruas de Buenos Aires, os candidatos ainda não começaram a investir na campanha para o segundo turno.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 25/10/2023



AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS

IEA: INVESTIMENTOS EM ENERGIA DEVEM ALCANÇAR US\$ 2,8 TRILHÕES EM 2023

A demanda por combustíveis fósseis deve atingir pico até 2030, diz relatório

Por epbr 25 de outubro de 2023 - Em Comece seu Dia, Petróleo e gás, Transição energética



Biorrefinaria da Honeywell (Foto: Divulgação/Honeywell)

A demanda por combustíveis fósseis deve atingir pico até 2030, diz relatório da IEA. E após um período de estagnação, os investimentos em energia estão aumentando e devem alcançar US\$ 2,8 trilhões em 2023.

MDIC e BNDES assinaram acordo para destinar R\$ 200 milhões para

descarbonização da mobilidade. MG terá centro de pesquisa para reduzir emissões da indústria.

Geraldo Alckmin afirma que governo ainda não definiu incentivos para hidrogênio.

A demanda por combustíveis fósseis deve atingir pico até 2030. Relatório da Agência Internacional de Energia (IEA), publicado nesta terça (24/10), aponta que a participação das energias renováveis



no mix global de eletricidade deve se aproximar de 50% ao fim da década, em comparação com os atuais 30%.

– A IEA também destaca que o petróleo perderá espaço na América Latina até 2050. O gás natural é o único combustível fóssil com previsão de aumento – de quase 25% – na produção na região, no período. Já o carvão e o petróleo diminuem em pelo menos 75% em um dos cenários traçados pela IEA.

– Após um período de estagnação na última parte da década de 2010, os investimentos em energia estão aumentando e devem alcançar US\$ 2,8 trilhões em 2023.

Os mercados emergentes, contudo, estão enfrentando dificuldades com o aumento dos custos de financiamento.

– Todos os cenários da IEA apontam para a necessidade de aumentar os investimentos em energia em relação aos níveis históricos, algo que parece alcançável para os países ricos e a China, mas desafiador para os demais.

Petrobras fora de leilão do pré-sal. A companhia não apresentou os documentos que a qualificariam para participar da rodada de partilha do dia 13 de dezembro. A ausência, porém, não enfraquece a concorrência, afirmou nesta terça (24/10) o diretor-geral da ANP, Rodolfo Saboia.

– A Enauta também não participará da disputa. CEO da empresa, Décio Oddone, disse que a companhia não pretende investir em projetos de alto risco exploratório no momento. Segundo ele, o foco agora está na entrega do projeto de produção definitivo do campo de Atlanta, no pós-sal da Bacia de Santos, e no atual portfólio exploratório.

– Seis empresas estão aptas a apresentar ofertas no 2º Ciclo da oferta permanente sob o modelo de partilha: bp, Chevron, Petronas, Qatar Petroleum, Shell e TotalEnergies.

Pelotas não é a Namíbia. As descobertas mais recentes de petróleo na Namíbia, na costa oeste africana, não são garantias de sucesso exploratório na Bacia de Pelotas, no Brasil.

– O gerente-geral de Dados de Exploração e Tecnologia Aplicada da Petrobras, Otaviano Pessoa Neto, disse nesta terça (24/10) que, embora Pelotas se trate de uma bacia ainda pouco perfurada, as análises de dados da companhia mostram que as descobertas do outro lado do Oceano não se confirmaram no Brasil até o momento.

Alerta na Finlândia. Autoridades do país europeu disseram que a âncora de um navio da China provavelmente causou a ruptura de um gasoduto submarino no Mar Báltico no início do mês. Episódio trouxe preocupações sobre a vulnerabilidade da infraestrutura europeia à sabotagem em meio à crescente tensão entre a Rússia e o Ocidente

Habilitação para leilão de eólicas offshore. A Petrobras defende a definição de critérios claros que evitem a entrada de companhias que não tenham a intenção de levar os projetos adiante.

No setor automotivo, o Ministério de Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) e o BNDES assinaram acordo de cooperação técnica que destinará R\$ 200 milhões para investimentos em descarbonização da cadeia. A ideia é apoiar projetos de pesquisa, desenvolvimento, inovação, engenharia, estudos, testes, pilotos e certificações relacionados à descarbonização da mobilidade.

MG terá centro de pesquisa para descarbonização da indústria. A ArcelorMittal e a Federação das Indústrias de Minas Gerais (Fiemg) assinam convênio de cooperação para a criação do Centro CIT/Senai de Descarbonização Industrial em Belo Horizonte.

Laboratório receberá investimento inicial de R\$ 34 milhões. Com foco em P&D, o centro vai promover a capacitação de profissionais para trabalhar com soluções para ajudar a indústria no corte de emissões de gases de efeito estufa.

Incentivos para hidrogênio. O ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, afirmou ao Valor que o governo não definiu ainda se o projeto do marco legal do hidrogênio de baixo carbono terá incentivos tributários.

Opinião: Oportunidades e dilemas das políticas para o hidrogênio verde. As políticas precisam estimular as decisões para que elas sejam utilizadas sem perda de tempo, analisa Sérgio Gabrielli

WEG compra empresa de aerogeradores. A fabricante brasileira de motores elétricos anunciou a aquisição de 45% do capital social da Bewind, companhia alemã especializada em engenharia e desenvolvimento de tecnologias para aerogeradores e seus componentes.

Ações de produtores ocidentais de grafite disparam. Expectativas de estocagem e de uma corrida para garantir suprimentos alternativos, depois que Pequim anunciou restrições às exportações do material essencial na fabricação de baterias de carros elétricos, puxaram valorização de empresas como a Syrah Resources da Austrália; Tirupati Graphite e Renascor Resources. (Financial Times)

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 25/10/2023

MDIC E BNDES VÃO DESTINAR R\$ 200 MILHÕES À DESCARBONIZAÇÃO DA INDÚSTRIA AUTOMOTIVA

Ideia é apoiar projetos de PD&I, engenharia, estudos, testes, pilotos e certificações relacionados à transição energética na mobilidade

Por epbr 25 de outubro de 2023 Em Política energética, Transição energética



Acordo de cooperação entre governo e BNDES destina R\$ 200 milhões para investimentos em descarbonização da cadeia automotiva (Foto: Ascom MDIC)

BRASÍLIA — Ministério de Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) assinaram na terça (24/10) um acordo de cooperação técnica para destinar R\$ 200 milhões à descarbonização da cadeia automotiva.

A ideia é apoiar projetos de pesquisa, desenvolvimento, inovação, engenharia, estudos, testes, pilotos e certificações relacionados à transição energética na mobilidade.

O valor deverá ser captado ao longo dos cinco anos de vigência e já contará, a partir da assinatura, com R\$ 40 milhões para iniciar suas atividades.

É mais um passo dentro da agenda de neointustrialização do governo Lula (PT), afirmou o vice-presidente e ministro, Geraldo Alckmin após a assinatura.

“O foco é inovação com descarbonização. Não é só para o setor automobilístico, mas para toda mobilidade, buscando eficiência energética”, disse.

Com o acordo, o BNDES entra na operação dos fundos dos Programas Prioritários do Rota 2030, ao lado de Senai, Embrapii, Finep e Fundep.



Os fundos são uma contrapartida das empresas que recebem isenção de impostos na importação de peças e insumos não fabricados no Brasil, mas que são necessários à melhoria da eficiência energética da frota.

Eletrificação da frota

Segundo o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, os recursos serão geridos na instituição de fomento e o foco é a “mobilidade elétrica, verde”, com destaque para ônibus do transporte coletivo urbano.

“O Brasil é o segundo país onde mais se anda de ônibus no mundo e produz 52% dos ônibus que circulam na América Latina. No entanto, nós estamos perdendo essa indústria, porque outros países estão produzindo ônibus elétricos e ocupando um mercado que historicamente sempre foi nosso”, comentou. “Mas agora nós vamos ter esses recursos para também fomentar esse tipo de iniciativa”.

O programa prioritário associado ao BNDES terá editais de “Estímulo à descarbonização da mobilidade e da logística”. Atualmente existem sete programas prioritários em andamento, com R\$ 1 bilhão em investimentos para inovação nas empresas de autopeças e na cadeia de fornecedores do setor automotivo.

Citando a experiência brasileira com o etanol, Mercadante disse que a intenção é incentivar a indústria automotiva a pesquisar no país.

“Nós queremos pesquisa aqui, inovação aqui, para poder produzir mais veículos elétricos, híbridos, com mão de obra, emprego e salário no Brasil”.

Programa de Mobilidade Verde

O governo promete lançar, nas próximas semanas, a nova fase do Rota 2030, que será substituído pelo Programa de Mobilidade Verde e Inovação.

A política manterá a isenção de Imposto de Importação para fabricantes para peças e componentes sem similar nacional. Também será mantida a obrigatoriedade de investir 2% do total importado nos fundos, que são revertidos em editais para financiar projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação.

O programa de incentivos à eficiência do setor automotivo deve considerar ainda diferentes soluções de descarbonização, de biocombustíveis a eletrificação.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 25/10/2023



JORNAL O GLOBO – RJ

NA REFORMA TRIBUTÁRIA, PROFISSIONAIS LIBERAIS TERÃO ALÍQUOTA REDUZIDA EM 30% DO IMPOSTO PADRÃO. ENTENDA

Mudança valerá para profissões regulamentadas, como advogados e médicos, segundo parecer do relator Eduardo Braga (MDB-AM). Relatório será lido hoje em comissão do Senado

Por Victoria Abel — Brasília

O relator da Reforma Tributária no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM), estipulou uma nova alíquota reduzida para profissionais liberais licenciados. Eles poderão pagar um valor reduzido em 30% da alíquota padrão. Entre profissionais regulamentados estão advogados, dentistas, médicos e engenheiros. Isso não estava no texto aprovado pela Câmara dos Deputados em julho.



Profissionais liberais terão alíquota reduzida, prevê parecer do relator da Reforma Tributária — Foto: Márcio Alves/Agência O Globo

Na prática, se a alíquota da Reforma Tributária for de 25%, por exemplo, esses profissionais pagarão 17,5%. Hoje, boa parte desses profissionais têm CNPJ, ou seja, não pagam Imposto de Renda como pessoa física. Os impostos pagos por eles não costumam superar 10% do faturamento se suas empresas.

As profissões liberais que terão alíquota reduzida serão definidas em lei complementar e vão abranger "serviços de profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, desde que sejam submetidas a fiscalização por conselho profissional", segundo o parecer de Braga.

A leitura do relatório deve ocorrer na tarde desta quarta-feira, em sessão da Comissão de Constituição e Justiça. A votação na CCJ, porém, só deve ocorrer após o feriado de Finados.

Entre as outras mudanças, Braga também aumentou o valor do Fundo de Desenvolvimento Regional de R\$ 40 bilhões para R\$ 60 bilhões. O montante vai compensar estados e municípios por possíveis perdas de arrecadação com a mudança no sistema de impostos.

Unificação de impostos

Em linhas gerais, a Reforma Tributária unifica cinco tributos que hoje incidem sobre o consumo. Eles serão reunidos no imposto sobre valor agregado (IVA), como acontece na maior parte dos países.

IBGE: Pesquisa inédita mostra que Brasil tem 2,1 milhões de trabalhadores por aplicativo
Esse IVA será repartido em dois: o imposto federal se chamará Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e vai unificar os tributos PIS, Cofins e IPI.

O imposto estadual vai se chamar Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e vai reunir o ICMS (estadual) e ISS (municipal).

Unificação dos tributos



Reforma Tributária vai unificar tributos — Foto: Editoria de arte

Reforma Tributária vai unificar tributos — Foto: Editoria de arte

Além disso, haverá ainda o Imposto Seletivo, que será cobrado sobre produtos que causam mal à saúde e ao meio ambiente.

A cobrança dos tributos passará a ser feita no destino, onde os produtos e serviços são consumidos, e os IVAs passarão a ser não cumulativos. Isso significa que, ao longo da cadeia de produção, os impostos serão pagos uma só vez por todos os participantes do processo.

O texto já foi aprovado pela Câmara dos Deputados, mas, para ter validade, ainda precisa passar pelo Senado. Se for alterado, retorna para análise dos deputados.

A alíquota desse imposto será definida em lei posterior. A reforma tem exceções e alíquotas diferenciadas para alguns setores.

Outras mudanças

O relatório de Braga também traz outras mudanças em relação ao texto da Câmara. Veja quais:

Carga tributária

Foi criada uma trava para carga tributária como percentual do PIB (arrecadação média de 2012 a 2021), revista a cada cinco anos. Também foi estabelecida a revisão dos regimes especiais a cada cinco anos.

— No quinto ano da implantação do novo imposto, você avalia e se tiver acima da média, a alíquota será reduzida. Os regimes diferenciados também serão avaliados a cada cinco anos — disse Braga.
— — Quanto maior o período, mais a confiabilidade dele.

Imposto seletivo

O imposto seletivo (o imposto do pecado) não incidirá sobre as exportações nem sobre as operações com energia elétrica e com telecomunicações. Ele poderá incidir sobre armas e munições, exceto quando destinadas à administração pública.

Na extração de recursos naturais não renováveis (minérios e petróleo) será cobrado com alíquota máxima de 1%.

Cashback na conta de luz

Será obrigatória a devolução do imposto a pessoas físicas de baixa renda nas operações de fornecimento de energia elétrica.

Novos regimes específicos

- Serviços de saneamento e de concessão de rodovias
- Estrutura compartilhada dos serviços de telecomunicações
- Agências de viagens e turismo
- Serviços de transporte coletivo de passageiros rodoviário intermunicipal e interestadual, ferroviário, hidroviário e aéreo (na Câmara era um regime com redução de 60%)

Fonte: O Globo - RJ

Data: 25/10/2023

'ISSO EQUILIBRA O JOGO DE AEROPORTOS', DIZ PAES, SOBRE NOVO LIMITE AO SANTOS DUMONT

Ministro anunciou que movimentação no terminal central do Rio será limitada, a partir de janeiro, para 6,5 milhões de passageiros por ano, em substituição à regra que fixava raio de 400km. Prefeito carioca apoia decisão

Por Alice Cravo — Brasília



Aeroporto Santos Dumont: governo abandonará restrição por raio de 400km por limite de passageiros — Foto: Hermes de Paula / Agência O Globo

O prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, defendeu nesta quarta-feira a medida estudada pelo ministro dos Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, de reduzir o número de passageiros por ano no aeroporto de Santos Dumont. Paes afirmou que o ministro está "caminhando na direção correta" e que se a medida se concretizar terá "todo respaldo" da prefeitura.

— O ministro Silvio está caminhando na direção correta — afirmou após evento no Palácio do Planalto, e completou: — Eu concordo e a prefeitura apoia essa medida que o ministro Silvio Costa está tomando. Ele está discutindo com o Tribunal de Contas da União e se for essa a medida final tomada, vai ter todo respaldo e apoio da prefeitura.



O prefeito do Rio, Eduardo Paes, concorda com proposta do ministro sobre novo limite ao Santos Dumont — Foto: Mauro Pimentel / AFP

Paes afirmou ainda que a medida "equilibra o jogo" entre os aeroportos na cidade, além de não colocar em risco os passageiros.

— E isso equilibra o jogo de aeroportos do Rio e não coloca em risco a população que se utiliza do Santos Dumont. Eu hoje vou pousar no Santos Dumont, tenho medo. É uma quantidade enorme de aeronaves, é um

transtorno chegar todo dia no Santos Dumont, além dos prejuízos que traz ao Galeão.

Como o GLOBO mostrou, o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, disse que a movimentação deve ser reduzida dos atuais dez milhões de passageiros por ano para 6,5 milhões. Com isso, o terminal carioca poderia manter os atuais destinos atendidos, inclusive com ligações para aeroportos internacionais, mas com menos voos.

Ampliação: Iberia aumenta número de voos ligando a Espanha ao Brasil a partir de novembro
Com a nova alternativa, o governo deverá revogar uma resolução do Conselho de Aviação Civil (Conac), que limitou os voos do Santos Dumont a destinos a uma distância de 400 quilômetros e para aeroportos apenas com voos domésticos. A medida, que vale a partir de 2 de janeiro, tem por objetivo impulsionar a retomada do aeroporto internacional do Rio, o Galeão.

Segundo o ministro, a meta é viabilizar as novas medidas dentro de 15 dias.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 25/10/2023

PRESIDENTE DA PETROBRAS ADMITE FALHA DE COMUNICAÇÃO SOBRE A MUDANÇA DE REGRAS QUE FEZ AÇÕES CAIR

Jean Paul Prates diz que a empresa seguirá todos os requisitos previstos na Lei das Estatais
Por Renan Monteiro — Brasília



O presidente da Petrobras, Jean Paul Prates — Foto: Mauro Pimentel/ AFP/ foto de arquivo

Numa tentativa de conter a desvalorização de ações da Petrobras após propor mudanças em seu estatuto, o presidente da estatal, Jean Paul Prates, admitiu que a companhia poderia ter comunicado melhor as propostas que revisam as regras de indicação de diretores e conselheiros. Em um vídeo distribuído nesta quarta-feira, ele minimiza o impacto das alterações e diz que "faz zero diferença", pois a companhia seguirá cumprindo os dispositivos da Lei das Estatais.

A Petrobras perdeu mais de R\$ 32,3 bilhões em valor de mercado na segunda-feira, após queda superior a 6% das suas ações na bolsa de valores de São Paulo, a B3. As propostas de revisão ainda precisam ser aprovadas pela Assembleia Geral de Acionistas e foram anunciadas sem detalhamento também na segunda-feira.

— Essa proposta de mudança (nas regras de indicação) buscou alinhar o Estatuto Social da Petrobras ao disposto na Lei das Estatais. A proposta mantém todos os requisitos previstos na lei para as indicações de membros da administração — disse Prates.

A lei estabelece critérios para indicação para cargos em empresas controladas pelo Estado. A mudança no estatuto, segundo Prates, vai ao encontro a uma liminar do então ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski.

Ele suspendeu os efeitos de norma da Lei das Estatais que restringe indicações titulares de cargos públicos ou daqueles que tenham atuado, nos três anos anteriores, como dirigentes partidários ou sindicais. Ou seja, o dispositivo revogado buscava proibir essas indicações no prazo de 36 meses. A decisão final do STF sobre o tema ainda será tomada.

— Estar ou não repetido no Estatuto faz zero diferença, porque a empresa, como todos, é obrigada a estar de acordo com a lei. Entendemos até que poderíamos ter comunicado melhor a proposta não pelo que foi feito, mas pelo seu impacto real, que nesse caso é nulo. Ou seja, se a lei das estatais mudar, se o entendimento do STF mudar, a Petrobras seguirá o que for definido — disse ele.

Além da política de indicação de membros da alta administração, foi proposta a criação de uma Reserva Estatutária. Houve especulação no mercado sobre um possível impacto na distribuição de dividendos.

A criação dessa reserva, segundo comunicado da companhia, serve para assegurar, por exemplo, recursos para pagamentos de dividendos, juros sobre capital próprio, recompras de ações autorizadas por lei ou absorção de prejuízo.

O presidente da Petrobras acrescenta que a fórmula para distribuir dividendos aos acionistas continua em 45% do fluxo de caixa livre. A Reserva, que na prática seria uma retenção de lucros, tem como objetivo garantir a sustentabilidade econômica da empresa, segundo ele.

As propostas estão sendo questionadas por representantes dos acionistas minoritários no conselho da estatal.

O senador Alessandro Vieira (MDB-SE) acionou nesta terça-feira a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a autarquia que regula o mercado de capitais. Ele pediu a suspensão de "indicações políticas" na Petrobras.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 25/10/2023

GOVERNO DESISTE DE LIMITAR DESTINOS DO SANTOS DUMONT E MUDA ESTRATÉGIA PARA TRANSFERIR VOOS PARA O GALEÃO

Ministro diz que portaria que estabelece raio de 400km será revogada; movimentação no aeroporto será reduzida para 6,5 milhões de passageiros por ano

Por Geralda Doca e Vinicius Neder — Brasília e Rio



Aeroporto Santos Dumont: governo abandonará restrição por raio de 400km por limite de passageiros — Foto: Hermes de Paula / Agência O Globo

O governo já elabora a nova estratégia de operação do aeroporto Santos Dumont, no Rio de Janeiro. O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, disse que a movimentação deve ser reduzida dos atuais dez milhões de passageiros por ano para 6,5 milhões. Com isso, o terminal carioca poderia manter os atuais destinos atendidos, inclusive com ligações para aeroportos internacionais, mas com menos voos.

Com a nova alternativa, o governo deverá revogar uma resolução do Conselho de Aviação Civil (Conac), que limitou os voos do Santos Dumont a destinos a uma distância de 400 quilômetros e

para aeroportos apenas com voos domésticos. A medida, que vale a partir de 2 de janeiro, tem por objetivo impulsionar a retomada do aeroporto internacional do Rio, o Galeão.

Segundo o ministro, a meta é viabilizar as novas medidas dentro de 15 dias.

A resolução do Conac foi uma resposta do governo federal ao pedido do governador do Estado, Cláudio Castro, e do prefeito do Rio, Eduardo Paes, para implementar uma operação coordenada de Santos Dumont e Galeão e reforçar o volume de passageiros no aeroporto internacional.

— Nós estamos em processo de diálogo, conversando sobre alternativas para viabilizar o aeroporto do Galeão e automaticamente fortalecer o Santos Dumont. A gente vai revogar a portaria que estabeleceu o raio dos 400 quilômetros, e adotar uma nova medida que será a de limitar a operação do aeroporto para 6,5 milhões de passageiros — disse o ministro. — Encerra a restrição por raio e adota a restrição de passageiros.

Ele destacou que o plano é construir uma solução “coletiva e definitiva”, ouvindo as autoridades do Rio, as concessionárias dos aeroportos privatizados e os municípios envolvidos, além do Tribunal de Contas da União (TCU). O formato da restrição, por portaria, projeto de lei ou medida provisória, ainda não está definido.

Com a nova restrição, a tendência é o governo considerar a atual malha do aeroporto e, a partir disso, reduzir a oferta proporcionalmente entre as companhias aéreas. Isso levaria as companhias a migrar voos para outros aeroportos, como Galeão, por exemplo.

Demanda do TCU

O ministro disse que pretende apresentar a alternativa à Casa Civil da Presidência da República nos próximos 15 dias — o ministério é o responsável por dar fluxo às medidas do governo. Deputado licenciado, Costa Filho assumiu o cargo há menos de dois meses, depois da saída de Márcio França, dentro da reforma ministerial promovida pelo presidente Lula. Ele participou de reunião ontem com o ministro Benjamin Zymler, do Tribunal de Contas da União (TCU), para debater o assunto.

Paes também estaria presente no encontro, mas cancelou a viagem devido aos ataques violentos na Zona Oeste do Rio após a morte de um miliciano. O secretário de Desenvolvimento Urbano e Econômica da Cidade do Rio de Janeiro, Chicão Bulhões, representou o prefeito na reunião.

Na segunda-feira, a redução de capacidade do Santos Dumont foi defendida por Paes. O prefeito afirmou que o pedido das autoridades fluminenses sempre foi pela restrição do número de voos no Santos Dumont a algo entre 6 milhões e 6,5 milhões de passageiros anuais.

Segundo Costa Filho, o ministro do TCU está sendo “colaborativo”. Zymler é relator de um processo movido pela Prefeitura de Guarulhos contra a resolução do Conac porque a medida afetaria o aeroporto local. Na avaliação da área técnica do tribunal, a restrição das operações do Santos Dumont a um raio de 400 quilômetros é ilegal.

A nova alternativa foi desenhada também como forma de dar segurança jurídica à medida de restrição a operações do Santos Dumont, diante dos questionamentos no TCU e na Justiça. Para Costa Filho, com a revogação da norma do Conac, o processo no TCU perde o objeto e não será julgado.

Além do risco jurídico, a medida de limitar os destinos atendidos pelo Santos Dumont gerou descontentamento por parte de companhias aéreas e operadores aeroportuários. Pela legislação atual, o governo tem respaldo para restringir as operações nos aeroportos em casos de realização de obras e capacidade do aeroporto para operar em segurança e conforto para os passageiros. O Santos Dumont passará por obras a partir de 2023 para atender à certificação internacional.

Patamar de 2021

O embasamento técnico para a limitação de capacidade do Santos Dumont, diz uma fonte próxima às discussões, virá dos estudos de viabilidade econômica feitos para o projeto de concessão do Santos Dumont à iniciativa privada — o terminal iria a leilão no ano passado, mas foi retirado do edital — e de outras notas técnicas disponíveis.

Uma limitação do fluxo de passageiros do Santos Dumont a 6,5 milhões por ano levaria o terminal aos patamares registrados em 2020 e 2021, quando o movimento ainda era afetado pela Covid-19. Em 2022, atingiu o recorde de 10,2 milhões de passageiros. Este ano, de janeiro a setembro, já soma 9,2 milhões.

Procurada, a concessionária RIOgaleão, que administra o aeroporto internacional do Rio, não comentou.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 25/10/2023

DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTOS DE 17 SETORES AVANÇA NO SENADO E DEVE SER VOTADA NO PLENÁRIO HOJE

Parlamentares aprovaram o texto na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e a urgência para votação do projeto. Proposta será analisada hoje no plenário da Casa antes de seguir para sanção do presidente Lula

Por Victoria Abel — Brasília

O plenário do Senado Federal aprovou ontem o requerimento de urgência para acelerar a votação do projeto de lei que prorroga até 2027 a desoneração da folha de pagamento dos 17 setores da economia que mais empregam no país. O presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), pretende votar o projeto em plenário hoje.

Se for mesmo aprovado pela maioria dos senadores, o texto segue para sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Mais cedo, ontem, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado deu aval à proposta, o que permitiu a sua análise pelo plenário.

A proposta de desoneração da folha substitui a contribuição previdenciária patronal de empresas de setores que são grandes empregadores, de 20%, por alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta.

Essa troca diminui custos com contratações para 17 setores, como têxtil, calçados, construção civil, call center, comunicação, fabricação de veículos, tecnologia e transportes. Os segmentos são responsáveis por gerar cerca de 9 milhões de empregos formais. Sem a prorrogação, a desoneração da folha de pagamentos terminaria no fim deste ano.

Os setores esperam que a sanção da proposta seja feita rapidamente para que possam atualizar seus planejamentos, previsão de efetivo e investimentos para 2024 e os anos seguintes, incluindo manutenção e contratação de funcionários.

Durante as discussões no plenário do Senado, os senadores defenderam a aprovação do projeto. Pacheco disse que o fim da desoneração poderia gerar desemprego:

— A certeza está no fato de que a reoneração vai gerar desemprego. Isto para mim é muito claro, que, se houver uma oneração de determinados setores, a empregabilidade pode cair.

O senador Efraim Filho (União-PB), autor do projeto, lembrou da necessidade de planejamento das empresas:

— A sanção do projeto pode levar até 30 dias. Se deixarmos isso para o fim de novembro, as empresas não vão conseguir se planejar.

O senador Izalci Lucas (PSDB-DF) também chamou atenção para a questão da previsibilidade para as companhias.

— Eu não tenho nenhuma dúvida de que realmente essa prorrogação gera emprego, aumenta a receita. Para definir preço, planejamento, tem que ter a definição da regra, se vai ter ou não vai ter — disse.

O texto começou a tramitar no Senado e foi aprovado pela Câmara. Mas voltou para análise dos senadores em razão de mudanças feitas pelos deputados. Depois de aprovado na Casa, vai para a sanção do presidente Lula.

Na semana passada, o relator, senador Angelo Coronel (PSD-BA), apresentou parecer rejeitando as alterações da Câmara e retomando o texto anteriormente aprovado pelos senadores.

— A matéria já está madura, não há motivo para protelar — afirmou.

Em um dos trechos alterados pela Câmara no projeto, a alíquota para transportes rodoviários coletivos ficou fixada em 1% da receita bruta — antes esse valor era de 2%. O senador Ciro Nogueira (PP-PI) pediu para o relator retomar esse trecho acrescentado pela Câmara.

Redução para municípios

O relator analisou incorporar a sugestão. Mas com a possibilidade de um pedido de vista (adiamento da votação), Angelo Coronel recuou. Isso será analisado pelo plenário.

Na primeira passagem pelo Senado, foi acrescentada à proposta a redução da alíquota de 20% para 8% da contribuição previdenciária para municípios com até 156 mil habitantes.

Na Câmara, o trecho foi modificado para conceder isenção variável no imposto previdenciário a todos os municípios. A alíquota oscilaria de 8% a 18%, de acordo com o Produto Interno Bruto (PIB). Agora, foi retomada a regra do Senado.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 25/10/2023

ASSEMBLEIA PARA MUDANÇA DE ESTATUTO DA PETROBRAS DEVE OCORRER AINDA ESTE ANO

Enquanto conselheiros minoritários defendem que a proposta vai contra a Lei das Estatais, os demais argumentam que se trata apenas de uma atualização do texto para adequá-lo à legislação vigente

Por Letycia Cardoso — Rio de Janeiro



Navio-plataforma P-71, da Petrobras — Foto: Márcia Foletto / Agência O Globo

As mudanças propostas no estatuto da Petrobras, que permitem a criação de uma reserva remunerada de capital e abrem brecha para a indicação de políticos para cargos de alto escalão na companhia, precisam ser aprovadas em assembleia. Embora a data não seja certa, fontes a par das discussões esperam que a reunião de deliberação ocorra entre o fim de novembro e o começo de dezembro.

Entre os acionistas minoritários, o clima é de descontentamento por considerarem as mudanças sugeridas uma “invasão da Lei das Estatais”, contou uma fonte ao GLOBO.

Rosângela Buzanelli Torres, conselheira eleita pelos empregados, defende que se trata de uma adequação às normas estabelecidas em lei.

Isso ocorre porque, em março, o ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), concedeu uma liminar que facilitava que políticos ocupassem cargos de direção em empresas públicas, derrubando a exigência de quarentena de 36 meses.

Embora não exista um prazo de validade específico para uma liminar, a eficácia desse tipo de decisão é temporária. A liminar só vale enquanto não é proferida a sentença do processo.

— Quando retiro a explicitação de trechos da lei, mantenho que o estatuto seguirá o que manda a legislação. Sempre estaremos atualizados. Se houver alguma mudança, eu não preciso convocar uma nova assembleia — argumenta Rosângela.

Quem é contrário, porém, diz que não havia necessidade de fazê-las agora, enquanto há uma liminar vigente.

Rosângela também destacou que a criação da reserva de remuneração está destinada apenas à remuneração de capital, como uma proteção para momentos de muita volatilidade no setor. Segundo ela, não é objetivo usar esse montante para investimentos, nem pagamento de dívidas — um grandes dos medos de investidores.

Fontes a par da discussão ainda revelaram que foi discutida na última reunião a eliminação de uma regra de transparência do regulamento da Petrobras que previa que, quando existissem votos contrários de minoritários em uma questão a ser submetida à assembleia de acionistas, a íntegra dos votos divergentes teria que ser exibida no material preparatório para a assembleia.

O assunto foi retirado de pauta por ter sido visto como um empecilho para que o investidor tome a melhor decisão, com base em dois lados.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 25/10/2023

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

NAVIO MAIS BONITO DO MUNDO: VEJA COMO É, POR DENTRO E POR FORA, A EMBARCAÇÃO ABERTA A VISITA NO RIO

Amerigo Vespucci atracou no Brasil pela primeira vez desde 1952; embarcação une o clássico e o moderno

Por Marcio Dolzan



<https://youtu.be/vlfAqA68HdE>

Diz que, certa vez, ao visitar o navio italiano Amerigo Vespucci pela primeira vez, um almirante da esquadra americana o definiu como “o navio mais bonito do mundo”. O elogio tão contundente acabou pegando, e hoje a embarcação de 100 metros de comprimento e composta por enormes velas que o ajudam a desbravar os mares viaja o planeta como uma verdadeira embaixada flutuante da Itália. Desde o início do mês, o Amerigo Vespucci está no

Brasil, e até esta quarta-feira, 25, está aberto à visitação pública no Píer Mauá, na região portuária do Rio.



Inaugurado no início da década de 1930, o Vespucci esteve no Brasil pela primeira vez em 1952 e, desde então, nunca mais havia atracado por aqui. Mais de 70 anos depois, o País entrou na rota da nova turnê mundial, que partiu de Gênova em julho e, até 2025, passará por cinco continentes, três oceanos e 28 países.

Amerigo Vespucci, navio conhecido como o mais bonito do mundo, está com visitação aberta ao público no Pier Mauá, no Centro do Rio de Janeiro. Foto: Pedro Kirilos/Estadão

“No Brasil, a comunidade de descendentes de italianos ultrapassa 30 milhões de habitantes. A relação de laços históricos de nossos países foi a razão de fazer do Brasil, além dos Estados Unidos, o único destino com mais de uma parada. Além do Rio de Janeiro e Niterói, ele parou em Fortaleza no início do mês”, disse na segunda-feira o embaixador da Itália no Brasil, Alessandro Cortese.

“Posso dizer que o navio tem a missão de ser a embaixada flutuante da Itália, mostrando ao mundo inteiro o melhor do Made in Italy, desde as tradições marítimas, da inovação, da tecnologia e da cultura italiana”, afirmou Cortese.

Na segunda-feira, antes mesmo de abrir para o público, o navio já atraía o interesse de centenas de pessoas. Uma fila de mais de 200 metros se formou no calçadão que fica próximo ao Museu do Amanhã, no centro do Rio, que em dias normais costuma ser o principal foco de visitação na região.

A espera vale a pena. O Amerigo Vespucci é uma versão moderna e muito bem cuidada das embarcações que costumamos ver nos livros de História sobre a época das grandes navegações. Passado e presente são uma constante para onde quer que você olhe.

“É um navio à vela, mas conta com um motor auxiliar do tipo elétrico, alimentado por geradores”, explicou o capitão do Mar e Guerra Giuseppe Lai, comandante do navio. “Ele passa por trabalhos de manutenção ao longo de cinco meses num ano, e a cada 20, 25 anos, são feitos trabalhos de modernização, incluindo novos sistemas de navegação.”

Nos meses de verão do hemisfério norte, o Amerigo Vespucci funciona como um navio escola para os cadetes da Marinha italiana. Desde que entrou em funcionamento, em 1931, ele já realizou 86 campanhas de instrução a alunos da Academia Naval.

Depois de deixar o Rio, o Amerigo Vespucci tomará o caminho da Argentina. Será o último destino antes da parada anual para manutenção. Até março, ele ficará fechado para, entre outros trabalhos, substituir 30 quilômetros de cordas (!) que integram sua estrutura.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 25/10/2023

GIGANTE DE INSUMOS AGRÍCOLAS FATURA R\$ 12 BI AO ANO PRIORIZANDO RELAÇÃO COM CLIENTES

Plataforma de varejo do fundo Aqua Capital foi criada em 2016, em Jataí (GO), com seis aquisições de empresas da região

Por Cristiane Barbieri

PARAÚNA e GOIÂNIA - “Aquele ali é meu psicólogo, meu médico, meu tudo...”, diz Josué Berté, dono da FB Agro, apontando com a cabeça para Jorge Luis Borges de Andrade, consultor técnico de

vendas da Agrogalaxy, plataforma de varejo de insumos agrícolas do fundo Aqua Capital. “Dia desses, eu estava sem fumar, nervoso, e liguei para ele só para contar história e falar palavrão.”

A brincadeira é seguida de uma explosão de gargalhadas, no meio da entrevista concedida ao ar livre, numa mesa de madeira sombreada por árvores, ao lado do refeitório da Fazenda Santa Bárbara, em Paraúna (GO). É piada, mas sintetiza os desafios de um negócio que, apesar de bilionário e em crescimento, ainda caminha para a profissionalização, como tem mostrado o Estadão/Broadcast em uma série de reportagens.

Berté, de 45 anos de idade, produz milho e soja em 6 mil hectares, em Goiás. É terra a perder de vista. Por ser um grande produtor, poderia comprar diretamente da indústria - e recebe diariamente técnicos em suas porteiras, com ofertas de todos os tipos. “Isso é igual namorada, quem me conquistar, leva”, afirma ele. “Eu e o gordinho (Andrade) nascemos juntos. Viemos para essa região quando não tinha estrada e tinha de dormir aqui porque ficava atolado. Agora um cara quer entrar e vender tudo para patrolar (passar por cima) o gordinho? Não patrola, entendeu?”

O Aqua começou a montar a Agrogalaxy em 2016, quando comprou a Rural Brasil, em Jataí (GO) - onde Andrade, inclusive, trabalhava. Foi crescendo por aquisições e montando lojas do zero, faturou R\$ 12 bilhões no ano passado, com um desafio intrínseco ao setor. “Eu não vendo para uma outra empresa jurídica, eu vendo para um CPF, que é uma grande empresa ao ar livre”, diz Guilherme Badauy, diretor de operações da Agrogalaxy.



Isólíca, Berté, Andrade e Alves: negócios movidos à terra
Foto: Tiago Queiroz

Assim, nas seis aquisições feitas em sete anos, apesar de comprar o controle da empresa, o fundador sempre ficou. Exatamente pelo motivo apontado por Berté: nesse negócio, relacionamento é tudo. “O fundador fica com uma participação grande do negócio e permanece como um diretor ou um C-Level (um dos comandantes da empresa)”, afirma Alessandro Isólíca, gestor de operações em investimentos do Aqua Capital. “Não queremos perder todo o conhecimento que ele tem do

negócio - aliás, quando o cara diz que quer vender tudo e sair, evitamos fechar a compra.”

A marca local, a qual o agricultor está acostumado, também é mantida. “São empresas com mais de 30 anos de mercado, consolidadas e com tradição muito forte na região”, diz Badauy. “As novas lojas são todas Agrogalaxy, mas cuidamos com muito zelo das adquiridas porque não queremos ruptura nem perda de identidade.”

Aos poucos, uniformes e design da loja começam a ter a cara Agrogalaxy, mas a digitalização das vendas caminham na medida da demanda - que não é lá muito grande. “Não dá para ter robozinho e URA (atendente eletrônico) para um cliente que compra R\$ 10 milhões”, afirma Badauy. Barté completa: “No dia em que puser robozinho, eu estou fora.”

O desafio dessa adaptação à profissionalização e ao ganho de escala na gestão do agronegócio repete-se em outras áreas. Se antes o fundador da loja cuidava de tudo, a entrada na plataforma do Aqua significa dividir decisões e perder poder, mas ter especialistas para apoiar o trabalho.

“Na loja pequena, o mesmo diretor que comanda o time de vendas é o que senta com o fornecedor para negociar preço”, afirma Mariel Alves, diretor da Agrogalaxy. “Aqui, a minha responsabilidade é dar vazão para o portfólio, com suporte de áreas como suprimento e operações, alinhadas à demanda do cliente que o técnico encontra lá no campo.”



"Produtor fica numa bolha", diz Berté Foto: Tiago Queiroz

Em outra frente, se antes a venda era praticamente toda passiva, agora, ela busca ser ativa. "Discutimos há um bom tempo, por exemplo, o impacto do El Niño, que traz instabilidade de chuvas, num eventual repique de vendas de sementes este ano", afirma Alves. "Também usamos uma abordagem de venda de produtos biológicos, que tornam a planta mais resistente ao estresse hídrico."

Nesse caso, uma das empresas investidas do Aqua, a Biotrop, tem um insumo que mistura microrganismos e torna a planta mais "hidro capacitada", no jargão do setor, e resistente ao calor. "São bactérias do solo de Israel e da nossa caatinga que potencializam a resistência do broto", diz ele. "O produtor pode evitar a perda do plantio e ter de replantar, que vai ser mais caro, se tiver de repor a semente e parte do adubo."

Outras iniciativas que tentam criar maior previsibilidade, como vendas planejadas, enfrentam mais resistência dos agricultores. "Hoje, na porta da sementeira, tem o caos, um monte de caminhão parado na beira da rodovia, com filas de 10 dias para carregar", diz Badauy. "O pessoal quer tirar a semente do galpão, onde ela fica guardadinha numa câmara fria e, quando começa a chover, já por no solo. Mas é preciso ter um senso de organização e de programação."



Fazenda Santa Bárbara, da FB Agro: no preparo para o plantio, com o milho armazenado Foto: Tiago Queiroz

No caso, a Agrogalaxy tenta mudar o comportamento para um problema que a aflige. Uma coisa é fazer compras para três ou quatro unidades de varejo. Outra é para 172 lojas, 28 silos, 11 centros tecnológicos e 13 unidades de sementes e atender 30 mil clientes. "É um trabalho que tem de ter bastante inteligência porque precisamos do produto para vender e,

para isso, tenho de tomar posição de compra", diz Badauy.

"E, com o fornecedor, não tem conversa: não posso devolver o produto." Em outras palavras, se o cliente não comprar, ele fica com um problemão em casa. "Não temos de acertar na mosca, mas no olho da mosca", afirma. "Se errar na mão, é muito dinheiro que fica na mesa."

Do lado do agricultor, porém, a antecedência não convence. "Eu pago à vista só o que corre o risco deles cancelar", diz Berté, que acabara de comprar sementes sem apelar ao parcelamento concedido pela empresa.

Aliás, esse é outro ponto importante, com conglomerados maiores no mercado: oferta de crédito, além das vias bancárias. "Eu não sei como está a política de crédito deles", afirma Berté. "Eu só ligo para o Jorge e falo: 'preciso de tanto' e ele se vira lá, briga entre eles, e trás."

Borges diz ter agilidade e espírito de dono para agir. "Não chega nele que o crédito está mais archoado e caro este ano", afirma. "A gente consegue conversar internamente e ter flexibilidade."

De todo modo, a empresa tem sofrido junto aos investidores. Avaliada em R\$ 1,6 bilhão no início do ano, a Agrogalaxy tinha valor de mercado de pouco mais de R\$ 600 milhões esta semana. Entre os motivos, está a inadimplência dos agricultores, que sofreram com a queda no preço das commodities, apesar de terem comprado insumos caros por causa da guerra na Ucrânia.

“Sem rodear toco, o produtor fica numa bolha: a loja vende R\$ 10 milhões fiado para o agricultor, ele vai no Itaú e pega mais R\$ 10 milhões, um fundo oferece mais R\$ 10 milhões para comprar terras e ele se alavanca além do que pode”, diz Berté. “Eu tenho o meu milho aqui (armazenados em grandes silos bolsas para grãos numa das fazendas), mas só vendo o que produzo.” Nem todos são assim - e a Agrogalaxy terá de provar na próxima divulgação de resultados, em 13 de novembro, que essa inadimplência caiu.

Porém, ao saber que o Aqua investira numa indústria de queijos na região, além de ter comprado outras três empresas na vizinha Jataí, Berté se anima e diz que a produção de grãos, nas fazendas, deverá passar por processo de profissionalização semelhante no futuro. Pensa em fazer o mesmo um dia com seu grupo. “Uma velhinha lá na Alemanha, com o dinheiro parado, resolve confiar num fundo que investe no interior do Brasil”, diz ele. “Tá certo. Vai investir em petróleo? Alguém come petróleo? Nós ficamos sem petróleo, mas não sem comida.”

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 25/10/2023

REFORMA: BRAGA INCLUI NO RELATÓRIO TRAVA PARA EVITAR AUMENTO DE CARGA TRIBUTÁRIA DO PAÍS

Caso ultrapasse o teto de referência, com base na média da arrecadação em relação ao PIB, a alíquota do novo IVA será reduzida

Por Adriana Fernandes, Mariana Carneiro e Bianca Lima

BRASÍLIA - O relator da reforma tributária, senador Eduardo Braga (MDB-AM), incluiu em seu relatório uma trava para evitar o aumento da carga tributária do País, já considerada elevada por especialistas, com a mudança do sistema de impostos sobre o consumo.



FILE PHOTO: Senator Eduardo Braga attends a meeting to deliver the economic reform package at the National Congress in Brasília, Brazil, November 5, 2019. REUTERS/Adriano Machado/File Photo

No texto, Braga diz que acatou a sugestão do grupo de trabalho da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE) e que incluiu o dispositivo “visando conciliar a importante demanda de diversos setores pelo não aumento da carga tributária, a qual temos anunciado apoio desde o início dos trâmites da PEC no Senado”.

A trava funcionará da seguinte forma: em 2030, por exemplo, a alíquota de referência dos novos tributos será reduzida caso a média da receita em 2027 e 2028 ultrapasse o teto de referência (média receita em relação ao PIB de 2012 a 2021).

No texto, o relator explica que optou por tetos de referência de arrecadação em vez de uma alíquota máxima para o IVA, como chegou a ser cogitado, “para dar transparência ao número e eliminar efeitos sazonais”.

As reduções de alíquota serão calculadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), com base em informações dadas pelos entes federativos e pelo Comitê Gestor do IBS (imposto dos Estados e municípios).

“Temos a firme convicção de que o contribuinte, na condição de consumidor, não pode continuar a sustentar o peso de Estado. Os impostos sobre o consumo são regressivos e pesam mais nas costas dos mais pobres”, diz o texto. “Explicitar, por meio da alíquota de referência, pelo menos a

manutenção da carga atual vai ajudar o cidadão a mobilizar-se contra aumento na carga desses tributos, exigindo, dos governantes, compromisso com a austeridade e com o controle de gastos.”

No texto aprovado na Câmara, o relator Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) já havia incluído no texto uma espécie de trava para evitar o aumento da carga, mas sem especificar como isso seria feito. O parecer dizia apenas que “as alíquotas de referência seriam “revisadas anualmente visando à manutenção da carga tributária”.

O que é a carga tributária?

A carga tributária é uma relação entre a soma da arrecadação do governo (União, Estados e municípios) e o Produto Interno Bruto (PIB). Em linhas gerais, é quanto se paga de imposto em relação ao que o País produz.

Esse cálculo busca analisar o fluxo de recursos financeiros direcionados da sociedade para o Estado brasileiro. Barrar o aumento da carga é uma das principais demandas dos empresários.

A função dessa trava, portanto, seria calibrar a alíquota padrão para garantir que a carga não aumente. Em 2022, a carga tributária atingiu 33,71% do PIB, o maior valor da série histórica iniciada em 2010, segundo o Tesouro Nacional.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 25/10/2023

ENERGIA ELÉTRICA: COMERCIALIZIZE COM MODERAÇÃO; LEIA ARTIGO

Em momentos de excesso de oferta, é vantajoso adquirir energia. Mas o cenário pode mudar repentinamente

Por Richard Hochstetler e Claudio Sales

A regulação prudencial permeia nossa vida: “mantenham os cintos afivelados”, “rentabilidade passada não é garantia de rentabilidade futura”. Medidas prudenciais são custosas e restritivas, mas compensam os infortúnios evitados.

O mercado de energia elétrica requer regulação prudencial, pois entrega um serviço essencial em que mudanças abruptas podem ocasionar graves danos.

As fontes a partir das quais se produz eletricidade têm grande variabilidade de preços, tanto pela flutuação de custos dos combustíveis das termelétricas quanto pela variação de chuvas, ventos e radiação solar que impulsionam as usinas renováveis.

Examinando-se os preços médios semanais desde 2001, constatam-se variações de mais de 20% e, ocasionalmente, superiores a 100%. “Normalidade” é a exceção: o preço médio nos últimos 22 anos foi de R\$ 167 por megawatts-hora (MWh), mas na maior parte do tempo prevaleceram preços 75% acima ou abaixo do preço médio (abaixo de R\$ 42 ou acima de R\$ 292 por MWh).



Mercado de energia elétrica necessita de regulação prudencial Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil

Esse comportamento volátil de preços é desafiador e já ocasionou quebra de comercializadoras de energia que ameaçaram a hígidez de todo o mercado. Esse risco é ainda maior no contexto de abertura de mercado, em que consumidores optam por adquirir energia por sua conta e seu risco de outro fornecedor pela primeira vez.

Em momentos de excesso de oferta, como o atual, os preços caem, tornando vantajoso adquirir energia no curto prazo. Mas o cenário pode mudar repentinamente, ocasionando exposições de mercado que superam a capacidade de pagamento dos agentes desprevenidos.

Diante disso, chama atenção a relativa falta de regulamentação prudencial no mercado de energia. Ciente dessa vulnerabilidade, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) propôs medidas para viabilizar o monitoramento prudencial do mercado que foram acatadas pela Aneel após a Consulta Pública n.º 11/2022.

Em 1.º de novembro, inicia-se o chamado “período sombra” de 12 meses, prazo em que os agentes da CCEE deverão encaminhar as informações requeridas. Com base nesses dados serão estabelecidos os parâmetros a serem aplicados no monitoramento prudencial de acordo com a Resolução Normativa n.º 1.072/2023 da Aneel. Além disso, estuda-se a adoção de um sistema de garantias que será objeto de outra consulta pública da Aneel.

As discussões são promissoras, mas é preciso avançar rapidamente, antes que a próxima crise aconteça.

Richard Hochstetler e Claudio Sales são, respectivamente, diretor de Assuntos Econômicos e Regulatórios e presidente do Instituto Acende Brasil.

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 25/10/2023*



VALOR ECONÔMICO (SP)

PAES DIZ SER CONTRA INTERVENÇÃO FEDERAL NO RIO, MAS DEFENDE PARCERIA PARA SEGURANÇA

Paes destacou ainda ser favorável à presença das Forças Armadas nos portos e aeroportos
Por Marcelo Ribeiro, Renan Truffi e Estevão Taiar, Valor — Brasília



Prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes — Foto: Tomaz Silva/Agência Brasil

Em meio à mais recente onda de violência no Rio de Janeiro, o prefeito Eduardo Paes (PSD) disse ser contrário a uma intervenção federal no Estado, mas defendeu uma parceria com a União. Ele afirmou que é necessário que as forças federais, principalmente da Polícia Federal, assumam protagonismo na política de segurança pública do Rio.

“O governador conta com nossa parceria, com nossa solidariedade, mas há muito pouco que a gente possa fazer. Eu acho muito importante essa parceria com o governo federal. Precisamos entender que situação no Rio é muito grave. Esperamos que ação seja firme e contundente eternamente. Não dá para fazer uma ação aqui, outra acolá, e não se pode politizar as forças de segurança pública. A gente precisa de muita Polícia Federal ajudando a polícia do Rio a cumprir com sua obrigação”, disse Paes após participar de cerimônia de instalação do Conselho de Federação, no Palácio do Planalto.

“Não acho que há necessidade de intervenção federal, mas precisamos das forças federais, principalmente da Polícia Federal, assumindo papel de protagonismo na política de segurança pública do Rio”, completou.

Paes destacou ainda ser favorável à presença das Forças Armadas nos portos e aeroportos como sugerido pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), mas disse não ser suficiente.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 25/10/2023

PREFEITO DO RIO SE DIZ FAVORÁVEL A LIMITE DE PASSAGEIROS NO SANTOS DUMONT

Teto de passageiros está sendo discutido pelo Ministério de Portos e Aeroportos

Por Estevão Taiar, Marcelo Ribeiro e Renan Truffi, Valor — Brasília

O prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes (PSD), afirmou nesta quarta-feira que é favorável ao estabelecimento de um limite para o número de passageiros que usam anualmente o Aeroporto Santos Dumont – diminuindo, conseqüentemente, o número de voos que pousam e partem do terminal. O teto para o número de passageiros também é defendido pelo governo federal.

“O ministro Silvio [Costa Filho, de Portos e Aeroportos,] está caminhando na direção correta”, disse Paes a jornalistas após a cerimônia de instalação do Conselho da Federação, no Palácio do Planalto.

De acordo com Paes, o estabelecimento do teto “equilibra o jogo dos aeroportos no Rio”, com maior remanejamento de voos para o Aeroporto do Galeão.

“E, cá entre nós, não coloca em risco a população que usa o Santos Dumont”, disse.

Conforme publicado nesta quarta-feira pelo Valor, há debates avançados no Ministério de Portos e Aeroportos para o estabelecimento de um teto de aproximadamente 6,5 milhões de viajantes que usam anualmente o Santos Dumont. No ano passado, foi registrado fluxo de 10 milhões de passageiros no terminal.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 25/10/2023

MINERADORA BEMISA DESISTE DE CONSTRUÇÃO DE TRECHO DA FERROVIA TRANSNORDESTINA

Empresa vinha estudando a viabilidade da obra, mas formalizou esta semana recuo à Agência Nacional de Transportes Terrestres

Por Marina Falcão, Valor — Recife



Segundo a Bemisa, a renúncia resultou de uma análise da viabilidade técnica e econômica — Foto: Andrew Martin/Pixabay

A mineradora Bemisa, do grupo Opportunity, desistiu da construção de uma ferrovia ligando Currais Novos (PI) ao Porto de Suape, que poderia ser uma solução logística para trecho pernambucano da ferrovia Transnordestina que ficou inacabado. A empresa vinha estudando a viabilidade da obra, mas

formalizou esta semana recuo à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

A Bemisa tem uma mina minério de ferro no Piauí e pretendia escoar a produção pela ferrovia, com traçado semelhante ao projeto da Transnordestina na região. "Realizamos investimentos desde 2008 neste projeto em pesquisa geológica, engenharia, licenciamento ambiental, dentre outros. Reforçamos nosso compromisso com a produção de minério de ferro no Projeto Planalto, um dos

projetos mais importantes para a economia do Nordeste e para o desenvolvimento social na região", disse a Bemisa, em nota.

Segundo a Bemisa, a renúncia "resultou de uma análise da viabilidade técnica e econômica".

A CSN, que originalmente estava responsável pelo traçado entre Salgueiro (PE) e Suape da Transnordestina, concluiu apenas o trecho cearense da obra que liga o Porto do Pecém (CE) a Eliseu Martins (PI).

Em nota, o governo de Pernambuco afirmou que a retomada das obras do ramal Salgueiro-Suape da ferrovia Transnordestina está presente no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC-3) lançado pelo governo federal em agosto deste ano.

"As questões de financiamento do ramal da TLSA que vai até Pecém não se comunicam com a realização dos investimentos da União no trecho Salgueiro-Suape nem com a modelagem de uma nova concessão para o trecho pernambucano."

A governadora de Pernambuco, Raquel Lyra, terá uma reunião com o ministro dos Transportes, Renan Filho, às 10h, para tratar da pauta.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 25/10/2023

LULA DIZ 'PENSAR' EM DESMEMBRAR PASTA DA JUSTIÇA

Decisão pode depender da saída do ministro Flavio Dino para o Supremo Tribunal Federal

Por Fabio Murakawa e Renan Truffi — De Brasília



Lula: "Não queremos pirotecnia, como já teve intervenção e não deu em nada" — Foto: Cristiano Mariz/Agência O Globo

O debate sobre a recriação do Ministério da Segurança Pública esquentou no governo, depois que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse estar "pensando" em desmembrar a pasta do Ministério da Justiça. A afirmação ocorreu durante seu programa semanal "Conversa com o Presidente", em meio à onda de episódios de violência em diversos Estados e a ataques de milicianos no Rio de Janeiro.

"Eu, quando fiz a campanha, ia criar o Ministério da Segurança Pública. Ainda estou pensando em criar, pensando quais são as condições que você vai criar, como é que vai interagir com a questão de segurança do Estado, porque o problema da segurança é estadual", afirmou.

Segundo fontes do governo, porém, a ideia de recriar a pasta só seria viável com a indicação do ministro da Justiça, Flávio Dino, da Justiça, para o Supremo Tribunal Federal (STF), na vaga aberta pela aposentadoria da ministra Rosa Weber, em 2 de outubro.

Durante a transição, Dino pressionou por um ministério unificado e saiu vencedor nos debates internos do então futuro governo.

Esse ministério existiu durante os últimos seis meses do mandato de Michel Temer, em 2018. Ao tomar posse no ano seguinte, Jair Bolsonaro reunificou as pastas e nomeou o ex-juiz e hoje senador Sergio Moro (União-PR) ministro da Justiça e Segurança Pública.

Os ministros Rui Costa (Casa Civil), Flávio Dino (Justiça e Segurança Pública) e José Múcio (Defesa) marcaram uma reunião para esta quarta-feira no Palácio do Planalto para discutir o tema e outras medidas na área de segurança.

Segundo Costa, a avaliação de Lula “passa por uma apresentação por parte dos ministros dos alcances e dos limites que seriam para um ministério exclusivamente da segurança pública”.

Lula recebeu nessa terça os comandantes da Marinha, almirante Marcos Olsen, e do Exército, Tomás Paiva, e da Aeronáutica, Marcelo Damasceno para tratar, entre outras coisas, da crise de segurança no Rio. Eles acompanharam José Múcio, que já tinha reunião agendada com o presidente.

Segundo interlocutores, Lula também conversou com os comandantes sobre a operação de repatriação de brasileiros que estão na zona de conflito em Israel e na Faixa de Gaza e sobre PEC dos militares, que tramita no Congresso.

O encontro ocorreu horas depois de Lula ter mencionado, também em seu programa semanal, a possibilidade do emprego de integrantes da Marinha e da Aeronáutica para combater o contrabando de armas em portos e aeroportos do Rio, que na véspera foi palco de ataques de milicianos, com dezenas de ônibus incendiados.

“Vamos discutir no governo federal como é que a gente pode ajudar, [...] como a gente pode utilizar as Forças Armadas participando como força auxiliar sem passar a ideia para a sociedade de que as Forças Armadas foram feitas para combater crime organizado. Não é esse o papel das Forças Armadas e nós não vamos fazer isso”, disse o presidente.

Para Lula, a Aeronáutica precisa ter “uma atuação maior nos aeroportos, e a Marinha, nos portos, para que a gente possa combater o tráfico e o narcotráfico”.

Lula, no entanto, descartou uma intervenção federal na segurança do Estado, decretada pelo governo Michel Temer em 2018, que ele classificou como “pirotecnia”.

“Nós não queremos pirotecnia, não queremos intervenção como já teve no Rio e não deu em nada. Nós não queremos tirar a autoridade do governador, nós não queremos tirar a autoridade do prefeito. Nós queremos trabalhar com ele”, afirmou.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 25/10/2023

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

PGO PRIORIZA DESENVOLVIMENTO DE 6 HIDROVIAS

Por Danilo Oliveira NAVEGAÇÃO 25/10/2023 - 16:58



Arquivo/Divulgação

Plano geral de outorgas, lançado nesta quarta-feira (25), classificou como corredores hidroviários estratégicos: Brasil-Uruguaí (Lagoa dos Patos e Lagoa-Mirim), Paraná-Paraguai, Madeira, Tocantins, Tapajós e Barra Norte

O Plano Geral de Outorgas do setor hidroviário estabeleceu 6 prioridades de projetos para desenvolvimento do modal nos próximos 4 anos. O PGO, lançado nesta quarta-feira (25), prevê atenção especial para as hidrovias: Brasil-Uruguaí

(Lagoa-Mirim), Paraná-Paraguai, Madeira, Tocantins, Tapajós e Barra Norte. Na ocasião, a Antaq

abriu o chamamento público da hidrovía Paraná-Paraguai, com objetivo de trazer a iniciativa privada para doação de estudos e viabilidade para o desenvolvimento da hidrovía que, futuramente, terá um rito desde a definição e análise da modelagem no TCU, até a realização de um leilão de concessão.

O ministro de portos e aeroportos, Silvio Costa Filho, disse que é importante uma carteira de projetos robustos para prover investimentos no Brasil. Ele estima que cada projeto de grande dimensões represente R\$ 1 bilhão a R\$ 5 bilhões de investimentos. Ele lembrou que o CDFMM aprovou R\$ 3 bilhões em prioridades para compra de 400 barcaças para operação no Rio Paraguai, que ajudará no escoamento da produção.

A secretária nacional de portos e transportes aquaviários, Mariana Pescatori, acrescentou que os agentes já discutem ações para 2024, pois o El Niño deve continuar. "Estamos colocando nosso grupo de trabalho para planejar próximo ano e para termos um normativo que permita atuarmos com mais celeridade e que tenhamos batimetrias permanentes e consigamos mobilizar as dragas com maior facilidade se necessário", afirmou.

Mariana disse que as concessões vão viabilizar serviços e atrair investimentos para dragagens no momento correto e oferta de melhores serviços para o setor no longo prazo. Ela considera o PGO uma oportunidade de trazer mais cargas para a navegação interior, que representa somente 6% da movimentação de cargas na matriz de transportes do país, ante 9% cabotagem,

66% do modal rodoviário e 18% do modal ferroviário. "Temos esse desafio e o PGO traz um instrumento para trazer mais cargas para modal hidroviário, maior escala, com sustentabilidade atrelada e menor pegada de carbono. Isso traz grande desafio de implementar esse planejamento", finalizou a secretária.

(Em atualização)

Fonte: *Portal Portos e Navios - RJ*

Data: 25/10/2023

ABS LANÇA PROJETO AMBICIOSO PARA CLASSIFICAR HÉLICE IMPRESSA EM 3D

Da Redação *INDÚSTRIA NAVAL 25/10/2023 - 14:58*

A ABS está se juntando à Mencast Marine (MMPL), à Universidade de Tecnologia e Design de Singapura (SUTD) e ao National Additive Manufacturing Innovation Cluster (Namic) em um projeto para fabricar e classificar uma hélice impressa em 3D.

O projeto colaborativo baseia-se em um Memorando de Entendimento (MOU) assinado pela ABS e MMPL que se concentra na fabricação aditiva, também conhecida como impressão 3D, para componentes marítimos críticos.

A nova iniciativa tem como objetivo imprimir em 3D uma hélice de navio usando técnicas de ponta de Wire Arc Additive Manufacturing (WAAM), com o objetivo de obter impressões de alta qualidade, baixo tempo de construção e sem suporte, alinhadas com a classificação ABS.

"As tecnologias de manufatura aditiva têm um enorme potencial para revolucionar a cadeia de abastecimento e os procedimentos de manutenção, tanto no setor marítimo como fora dele, e a ABS está empenhada em apoiar estas inovações sem comprometer a segurança. Singapura é um local crítico dos ecossistemas verdes emergentes regionais e globais, dos quais a manufatura aditiva certamente desempenhará um papel", disse Gareth Burton, vice-presidente de tecnologia da ABS.

"A manufatura aditiva representa o surgimento de possibilidades ilimitadas na indústria marítima. Surge como um divisor de águas, revolucionando a forma como abordamos componentes complexos e de mão-de-obra intensiva. Na Mencast, vemos isso como a ponte entre o artesanato tradicional e a inovação voltada para o futuro", disse Glendle Sim, CEO do Mencast Group.

“A primeira hélice de navio certificada pela ABS em Singapura, encomendada pela Mencast, será desenvolvida e fabricada com a plataforma híbrida de fabricação aditiva de arco de fio (H-WAAM) da SUTD. Isto marca um passo significativo no sentido de apoiar nossos principais especialistas locais no assunto na transformação para processos de fabricação digitais e sustentáveis como parte do roteiro de transformação da indústria marítima de Singapura.

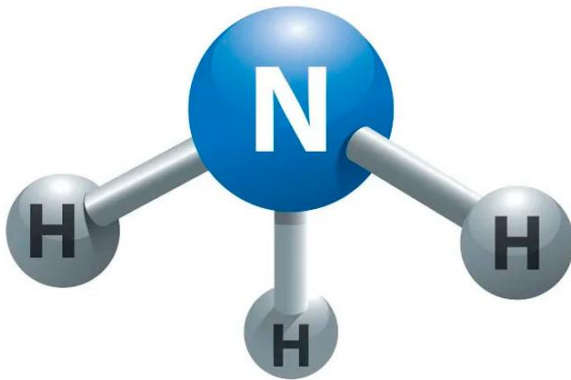
A ABS esteve envolvida em uma série de iniciativas de manufatura aditiva de empresas líderes do setor, incluindo um projeto de desenvolvimento conjunto para fabricar, testar e instalar peças funcionais a bordo de um navio petroleiro.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 25/10/2023

SEMBCORP E PT PLN UNEM FORÇAS NA PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO DE HIDROGÊNIO

Da Redação ECONOMIA 25/10/2023 - 15:06



Sembcorp e PT PLN unem forças na produção e exportação de hidrogênio

A Sembcorp Utilities de Singapura, uma subsidiária integral da Sembcorp Industries, e a empresa estatal indonésia PT PLN (Persero) assinaram um acordo de estudo de desenvolvimento conjunto para explorar a viabilidade da produção de hidrogênio verde na Indonésia para exportação para Singapura.

De acordo com a Sembcorp, a instalação poderia produzir potencialmente até 100.000 toneladas de hidrogênio verde por ano na Indonésia, utilizando

energia renovável de origem local, que será exportada através de gasodutos submarinos para Singapura.

Wong Kim Yin, presidente do grupo e CEO da Sembcorp Industries, disse: “O hidrogênio e seus derivados continuam sendo um dos substitutos mais promissores do gás natural na geração de energia. Através desta parceria com a Persero, esforçamo-nos por co-desenvolver uma cadeia de abastecimento de hidrogênio de baixo carbono viável que diversificará as fontes de energia para ambos os países. Isto apoiará a descarbonização do setor energético de Singapura à medida que o país avança em direção à sua meta de zero emissões líquidas para 2050”.

Darmawan Prasodjo, diretor presidente da Persero, observou: “A PLN está totalmente empenhada em acelerar a transição energética para uma energia mais verde para garantir um futuro melhor para a próxima geração. Um dos exemplos concretos é através desta parceria. Agradecemos o nosso parceiro, Sembcorp, e esperamos o apoio de todas as partes para implementar com sucesso futuros projetos de energia verde na Indonésia e na região do Sudeste Asiático”.

No que diz respeito a outros projetos relacionados com o hidrogênio, em maio de 2023, a Sembcorp revelou planos para desenvolver um novo centro multi-utilidades, que incluiria uma central elétrica de 600 MW preparada para hidrogênio na Ilha de Jurong.

De acordo com a companhia, o novo centro fornecerá energia, vapor, álcool e água desmineralizada aos clientes. A construção está prevista para começar ainda este ano e o centro deverá estar totalmente operacional em 2026.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 25/10/2023

ENDIVIDADO, ESTALEIRO COREANO PEDE PROTEÇÃO BANCÁRIA

Da Redação INDÚSTRIA NAVAL 25/10/2023 - 14:29



A Dae Sun Shipbuilding & Marine Engineering, com sede em Busan, um dos estaleiros navais mais antigos da Coreia do Sul, solicitou um acordo de dívida com o seu principal credor. A empresa pediu proteção da dívida do Banco de Exportação e Importação da Coreia, enquanto luta contra uma crise de liquidez.

O fato não é isolado, pois outros estaleiros de médio porte enfrentam situação semelhante graças à inflação e à escassez de mão de obra no país.

O noticiário recente mostra uma carteira de encomendas recorde e preços elevados na indústria naval coreana, mas as margens, segundo avaliações da imprensa internacional, estão muito reduzidas.

A Dae Sun já alertou os fornecedores que alguns pagamentos atrasarão — e empregados sofrerão cortes salariais.

A dívida total da Dae Sun no primeiro semestre deste ano foi de 457,7 mil milhões de won coreanos (US\$ 338,9 milhões).

O estaleiro já passou por situação semelhante uma década após a crise financeira global e há dois anos foi adquirida pelo Dongil Steel Consortium, que consiste em cinco empresas locais em Busan.

Dados do VesselsValue mostram que a carteira de pedidos do estaleiro, que está sujeita a atrasos, é composta por 19 navios, incluindo seis navios-tanque químicos, 11 navios de carga alimentadores e dois navios de carga geral.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 25/10/2023



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercoshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS

Data: 25/10/2023